

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

II Série | Nº 3 | Outubro 2002 | Preço: 2 €



Paula Mota dos Santos

P 9 a 12 Territórios - Alentejo Litoral

P 4 A Iá e o Homem | P 13 AGRIS | P 18 Agenda da rede

Os fios do passado a tecer no futuro

Depois de anos de ausência de uma estratégia global para a fileira da lã, assiste-se actualmente em Portugal, como noutros países da Europa, a um esforço que contribua para promover a qualidade dos produtos têxteis artesanais.

Começou o Outono e as castanhas já apeteçam... A Terra Fria é uma das regiões de produção de castanha mais importantes da Europa, e esta incursão pela história da castanha permitirá conhecer não só a região como um dos projectos de cooperação transnacional apoiados pela associação CORANE através do Programa LEADER II com mais visibilidade.

Na rubrica **Territórios** continuamos a privilegiar a apresentação das novas entidades gestoras do Programa, respectiva zona de intervenção e equipa técnica. Neste número, partimos à descoberta do Alentejo Litoral. Caracterizado por uma relativa heterogeneidade, que não deixa de marcar as propostas de intervenção da ADL - Associação de Desenvolvimento Local, este território caracteriza-se por uma faixa litoral fortemente com uma fraca densidade demográfica, tecido empresarial frágil (à excepção da zona de Sines) mas, simultaneamente, apresenta-se como uma das zonas mais preservadas da Europa, com um forte potencial turístico e uma significativa dinâmica em algumas actividades na área agrícola.

Na rubrica **Outros Programas**, apresentamos a Medida AGRIS, ligada ao Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, e constituída por acções complementares das que integram o programa AGRO.

Neste número, **Destaque** para a temática da Lã... A partir de agora, em cada número procurar-se-á abordar uma determinada temática na qual as entidades gestoras do LEADER+, e respectivas parcerias, ficam, desde já, convidadas a participar.

Começamos com a lã, matéria-prima indispensável à nossa indústria de lanifícios procurando explorar esta actividade ancestral, associando tanto quanto possível actores e exemplos pertinentes de projectos nesta fileira, cujo investimento se inscreve nas orientações da PAC a favor da extensificação, diversificação de actividades e o crescimento do emprego.

Face a uma situação de crise, com a baixa dos preços da lã, e a fraca incitação à qualidade e anos de ausência de uma estratégia global para a fileira, assiste-se actualmente em Portugal, como noutros países da Europa, a um esforço que contribua para inverter esta perigosa tendência de desvalorização e o abandono da actividade, nomeadamente, na procura de harmonização das normas comunitárias, bem como na estruturação do sector: classificação, promoção, apoio e aconselhamento aos produtores, a formação e a investigação.



Francisco Botelho

O projecto LANPOR surge, assim, como um projecto exemplar procurando dar resposta a estas diferentes dimensões. Apresentámo-lo nas páginas seguintes mas também se fala dele nas rubricas **Pessoas e Lugares**. Na primeira damos a conhecer Helena Loermans, uma holandesa que há 14 anos veio para Portugal para se dedicar à arte da tecelagem e fição. Nos Lugares fala-se do Museu de Lanifícios, na Covilhã. Um espaço onde se podem observar os processos manufactureiros do fabrico e do tingimento dos tecidos de lã mais utilizados no nosso país, e que foi no passado a Real Fábrica dos Panos. Associando a memória da actividade e a da sua representação artística ao prazer dos nossos olhos, o Museu de Lanifícios leva-nos a recuar no tempo, até aos séculos XVIII/XIX, quando aquela cidade da Beira Interior era considerada o centro da produção nacional dos tecidos de lã.

Cristina Cavaco
ccavaco@inde.pt

NOTA DA REDACÇÃO

O "Pessoas e Lugares" errou

No último número, na rubrica Territórios, na ficha técnica da ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (p. 12) onde se lê Órgãos Sociais, Direcção: Presidente António Pombinho (C. M. Setúbal) deve ler-se António Pombinho (C. M. Palmela).

A apresentação pública do programa LEADER+ da ADELIAÇOR não teve lugar no passado dia 21 de Agosto - como é referido no Pessoas e Lugares n.º 1, II Série - mas em datas distintas, por ilhas e até por concelho (caso da ilha do Pico). Segundo informação enviada pela ADELIAÇOR a data de fecho deste n.º do PL - a apresentação do LEADER+ /ADELIAÇOR realizou-se nos seguintes locais e datas: Santa Cruz das Flores - 8 de Abril, Faial - 12 de Abril, Calheta de São Jorge e Lajes do Pico - 15 de Abril, São Roque do Pico, 16 de Abril, Madalena do Pico - 19 de Abril, Corvo - 7 de Maio.

A fileira da lã

na perspectiva do desenvolvimento rural

A recuperação e revitalização da actividade artesanal ligada à produção e transformação das fibras têxteis do linho e da lã representa, para muitas comunidades rurais, um factor não só de sustentação económica, assente na diversificação e multifuncionalidade da agricultura familiar, como de fixação de diversas faixas etárias das suas populações, predominantemente femininas.

Portugal será porventura um dos raros países da União Europeia onde ainda se produzem, fiam e tecem as fibras têxteis da lã, através de processos e equipamentos que remontam ao período do Neolítico.

De Norte a Sul, traços de um país percorrido por rebanhos de cabras e ovelhas, encontra-se a memória da lã: dos bureís das capuchas, às mantas tradicionais, passando pelas meias e camisolas dos pescadores.

A lã é macia mas até chegar ao fio são muitos os gestos que ficaram para trás. São as mulheres quem guardam estes saberes. Aprenderam das gerações anteriores a entretecer os fios, a escolher as cores e, antes disso, a lavar, a fiar, a dobar. Aos homens, cabe-lhes tosquia as ovelhas e cardar. A recuperação e revitalização da actividade artesanal ligada à produção e transformação das fibras têxteis do linho e da lã representa, para muitas comunidades rurais, um factor não só de sustentação económica, assente na diversificação e multifuncionalidade da agricultura familiar, como de fixação de diversas faixas etárias das suas populações, predominantemente femininas.

No entanto, quando se cruza o país para contactar as artesãs, fica evidente a sua falta de articulação com o mercado. Salvo raras excepções, o consumidor, os estilistas e os decoradores, ainda consideram os seus artigos de aplicação duvidosa

e comercialmente problemática, preferindo-os em favor de similares com outras origens que lhes oferecem factores estéticos e funcionais mais evoluídos e garantias de cumprimento de prazos de entrega.

Por esse motivo, a política de desenvolvimento rural previu e levou à prática diversas iniciativas visando apoiar tanto as formas de artesanato tradicional como o artesanato contemporâneo.

Atentos aos problemas-chave que constituem os principais estrangulamentos ou bloqueios ao seu desenvolvimento, foram identificadas intervenções tendentes a melhorar a formação, a produção (concentração da oferta e qualificação das fibras - Bolsa da Lã em parceria com as organizações de produtores), a inovação (seminário realizado em Alter do Chão - "A fileira da Lã no Desenvolvimento do Espaço Rural; Projecto LANPOR), e a divulgação (mostras, exposições e o projecto "A Rota dos Fios do Tempo"), através quer de instrumentos financeiros, quer de acções concertadas com outras instituições e entidades mais directamente vocacionadas para as apoiar.

Maria Custódia Correia
DGDRural



Paula Matos dos Santos

A Rota dos Fios do Tempo

Associando uma dimensão turística à actividade artesanal, a Direcção Geral de Desenvolvimento Rural vem desenvolvendo um intenso trabalho de pesquisa no terreno, com vista à publicação de um "guia de itinerários" dedicados à temática do linho e da lã artesanais, cujo conteúdo será simultaneamente, disponibilizado através do Inventário dos Recursos Turísticos e base de dados da Direcção Geral de Turismo (acessível via Internet).

Com o levantamento das oficinas onde se fiam e tecem as fibras da lã (e do linho) segundo técnicas tradicionais, a DGDRural pretendeu contribuir para que estas actividades conheçam um novo impulso, promovendo a sua aproximação a nichos de clientela que valorizem a tradição ou a sua reinvenção em novas criações, fomentando a troca de experiências entre os próprios artesãos e o estabelecimento de parcerias para organização e consolidação da oferta.

O trabalho em preparação obedecerá a uma apresentação deliberadamente simples, para fácil consulta, dela constando:

- as oficinas artesanais cuja actividade principal se desenvolve em torno da produção e/ou da preparação e transformação do linho e da lã artesanais;
 - os itinerários turísticos que as agrupam, e os recursos associados que constituam pólos de interesse para a permanência dos visitantes em cada território (modalidades de turismo em espaço rural, restauração, produtos tradicionais e gastronomia, paisagens e habitats, património, animação, etc.).
- Este documento será também, para a DGDRural, uma ocasião para analisar o papel das mulheres rurais – fiandeiras, tecedeiras ou bordadeiras – na preservação da nossa cultura tradicional ao longo de gerações.

Projecto LANPOR

Em 2001 foram dados os primeiros passos para a criação de um projecto conjunto entre a Administração Pública, nomeadamente a DGDRural, e a Sociedade Civil, no âmbito da recuperação da fileira da lã. Os objectivos deste projecto, denominado LANPOR, são os seguintes:

- contribuir para o desenvolvimento rural nas regiões desfavorecidas, nomeadamente das áreas produtoras de lã;
- incrementar a qualidade dos produtos têxteis artesanais, através de um sistema de selecção, classificação e certificação da lã das raças Campaniça, Bordaleira-Serra da Estrela e Merino Precoce;
- desenvolver toda a fileira dos lanifícios na produção artesanal, através da ligação entre criadores de ovinos, empresas de transformação da lã e artesãos;
- estabelecer uma plataforma de formação e apoio técnico aos artesãos da área têxtil, designadamente ao nível das tecnologias, do design e da certificação do produto;
- promover a comercialização dos produtos.

Para a concretização destes objectivos, foram definidas acções que visam a Selecção e Classificação da lã, Certificação da lã e dos produtos, Transformação industrial da lã, Formação Profissional, Criação da imagem e marca LANPOR, Promoção e Comercialização dos Produtos LANPOR.

Numa primeira fase, para que se possa avaliar quais são as condicionantes de adopção da prática e dos produtos LANPOR, foram definidos projectos-piloto, com fios de diferente espessura das lãs das raças Campaniça, Bordaleira-Serra da Estrela e Merino Precoce, nos quais estão envolvidas as entidades ALIENDE, TAIPA, CEARTE, que preveem o envolvimento de um número limitado de artesãos concentrando e garantido neles o desenvolvimento de uma prática e de um produto(s) LANPOR e o contacto directo com o público para aferir da receptividade deste aos produtos LANPOR.

Grupo Europeu da Lã (EWG)

O Grupo Europeu da Lã - European Wool Group - como passou a ser denominado, nasceu em 1994, quase por acaso, de um encontro casual em Bruxelas entre a Agenzia Lane d'Italia, a British Wool Marketing Board, a Asociación Nacional de Criadores de Ganado Merino de Espanha e o Atelier de França, que entendiam ser necessário perguntar às instituições europeias porque não reconheciam a lã como produto agrícola.

Depois de numerosas reuniões em diferentes cidades europeias – Milão, Estrasburgo, Innsbruck – o European Wool Group/Groupe Laine Européenne (EWG) constituiu-se oficialmente em Bruxelas, a 22 de Maio de 1997, tendo, a partir daí, promovido uma série de conferências por toda a Europa – Visby, Alkmaar, Winterthur, Mérida, Biella, Bergen, Bradford – para promover a lã e as raças ovinas europeias e procurar uma solução para os problemas que afligem os agentes que actuam na fileira lanar, da produção à indústria, do artesanato à tosquia.

Na Conferência de Mérida (Espanha), promovida pelo EWG em Outubro de 1999, Portugal fez-se representar pelo actual subdirector-geral da DGDRural, Luís Duarte, e os técnicos especialistas nesta matéria da DGDRural, para além de ter enviado um representante da FAPOC (Federação das Associações Portuguesas de Ovinicultores e Caprinicultores), dois representantes da Escola Agrária Superior de Castelo Branco, um representante do CITEVE (Centro Tecnológico da Indústria Têxtil e do Vestuário de Portugal) e uma delegação da ANIL (Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios). A experiência portuguesa na área da produção lanar, como a organização de tosquiadas, formação de jovens especialistas, organização de concentrações de lãs e leilões, foi considerada um modelo a seguir por muitos dos outros países europeus representados neste evento.

A Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural tem tido uma participação efectiva nos debates e no trabalho de coordenação da fileira lanar a nível europeu. Os contactos permanentes entre representantes da DGDRural e do EWG têm permitido uma regular troca de informações e conhecimentos que conduzem também ao estreitar de relações bilaterais, como a utilização dos serviços do Laboratório de Fibras Animais da ESA de Castelo Branco por parte de associações espanholas de produtores para a análise das suas lãs, ou como a possibilidade dos produtores portugueses exportarem a sua lã para a Grã-Bretanha e também, futuramente, para a Dinamarca e Índia.

José Chabert
DGDRural

A Lã e o Homem

Até ao século XVIII, a actividade artesanal encontrava-se dispersa por pequenas oficinas de regime familiar com todas as operações efectuadas manualmente. Com o advento da revolução industrial, inicia-se a mecanização que conduz à concentração do trabalho em instalações fixas onde dezenas de trabalhadores manobram máquinas de fição e tecelagem numa escala crescente.

Os ovinos começaram a expandir-se ao longo das margens do Mediterrâneo, há cerca de 7 mil anos a.C., invadindo toda a sua bacia e da Grécia teriam chegado aos Alpes cerca de 2 mil anos depois.

De acordo com os arqueólogos, os ovinos eram animais deslançados, diferentes dos actuais, cuja criação visava apenas fins simbólicos, de natureza religiosa.

Só por volta do terceiro milénio a.C., se assiste à entrada na Europa de uma nova vaga de ovinos com velo, destinados ao aproveitamento da lã. Esse fenómeno é acompanhado do surgimento de novas técnicas de processamento e de confecção que viriam a modificar a forma e a qualidade das peças de vestuário e o modo de vestir.

Os artigos de lã substituíram, progressivamente, as peças de couro então usadas, dando origem a uma nova tecnologia, que viria a perdurar até aos nossos dias.

A partir da Idade do Bronze, o velo torna-se, por selecção, progressivamente mais lanoso e as fibras vão adquirindo cada vez mais qualidade em comprimento, finura e resistência. Surgem diferentes cores de pigmentação: ao ruivo, cor dos ovinos originais, junta-se o castanho, o preto, o beije e finalmente o branco, cor que permitiu o tingimento.

Simultaneamente, diversificam-se os utensílios e as técnicas de trabalhar a lã e assiste-se ao aparecimento de verdadeiras fileiras técnicas que se tornariam características dos diferentes períodos históricos de determinadas civilizações e épocas.

O processo de extracção da lã a partir dos velos que crescem no dorso dos ovinos ao longo de 364 dias, designa-se por "tosquia" e parece remontar ao período neolítico, sendo os velos então obtidos por depilação. Em seguida, aparece a tesoura de pastor e, na época romana, assiste-se ao surgimento do force. Actualmente a lã é extraída por tosquia mecânica, utilizando energia eléctrica e o homem emprega conhecimentos científicos e meios sofisticados para tirar o melhor partido da lã.

A roda de fiar chega à Europa em finais do séc. XIV, vinda da China, onde era utilizada na indústria da seda como roda de bobinar. Em finais do século XV a roda é aperfeiçoada com a introdução de *aletas* ou *aspas* que permitem não só fiar mas, também, rebobinar continuamente o fio que está a ser torcido.

Da Idade Média até ao séc. XVIII, a actividade artesanal encontrava-se dispersa por pequenas oficinas de regime familiar com todas as operações efectuadas manualmente. Com o advento da revolução industrial, por volta de 1810-1820, inicia-se a mecanização que conduz à concentração do trabalho em instalações fixas onde dezenas de trabalhadores manobram máquinas de fição e tecelagem numa escala crescente. Surge

então em Portugal a indústria dos lanifícios e é, particularmente na Covilhã e em Portalegre que se abandonam os teares de madeira e as velhas rodas hidráulicas.

A produção do fio

De entre as raças de ovinos, destacou-se a raça Merino, originária da Península Ibérica, por possuir as mais finas lãs que existem no Mundo. Esta raça teve um enorme e constante incremento, com uma predilecção e forte procura, especialmente, na Europa Central.

No entanto, existem outras raças ovinas de diferentes potenciais e aptidões: raças rústicas, adaptadas a difíceis percursos de altitude (com solos, por vezes, demasiado ácidos), raças mistas, que procuram regiões de vocação silvo-pastoril em regimes de produção mais ou menos intensiva e raças puramente herbívoras, que pastoreiam em prados naturais ou semeados do norte de França, da Irlanda e da Grã-Bretanha.

Actualmente, o comércio da lã é muito exigente, baseando-se quer numa rigorosa caracterização do seu valor qualitativo quer no valor de mercado, de acordo com três factores principais: o rendimento, o comprimento e a "finesse", cuja avaliação se apoia em técnicas laboratoriais sofisticadas. Depois de tosquiada e classificada, a lã é encaminhada para a indústria ou para as unidades de transformação artesanal, onde vai ser lavada, isto é, liberta da sua gordura natural e das impurezas, para, depois, ser seca e armazenada.

Antes de se obter o fio, a lã é submetida a várias fases de transformação que começam, no sector artesanal, com a penteação ou a cardação. A estas duas técnicas de preparação da lã, correspondem dois tipos de fição distintos:

- a *penteação*, feita com o auxílio do *pente-ancinho*, desembaraça a lã e assegura o melhor aproveitamento das fibras compridas e paralelas, dando origem a um fio extremamente fino, sólido e resistente;
- a *cardação*, feita com o auxílio de *cardas*, permite trabalhar qualquer tipo de lã, sendo especialmente indicada para o aproveitamento das lãs mais curtas.
- a *fição* propriamente dita processa-se hoje, fundamentalmente, a nível industrial de forma mecanizada, embora o mais antigo método conhecido, que emprega o fuso giratório com a ajuda da roca, continue ainda a ser usado na fabricação de fio artesanal.

A lã e o ambiente

A lã, de origem animal, é uma das mais nobres fibras têxteis, detentora de características ímpares em termos ambientais, impossíveis de reproduzir sinteticamente.

Com efeito, a lã animal é: obtida através da tosquia dos ovinos, sem provocar dano ou dor ao animal; produzida ao ar livre, sem emissões nocivas, consumindo um mínimo de energia; fácil de processar, absorvendo todas as cores de tingimento natural desejadas; quimicamente neutra, não tóxica, não irritante e anti-alérgica, sendo, por isso, indicada para as crianças e doentes acamados; arejada, elástica, flexível, resistente ao fogo, repelente à água e com grande capacidade de conservação do calor e de transmissão de vapor de água, reduzindo os odores corporais; redutora da electricidade estática com excelentes propriedades de isolamento acústico; resistente à sujidade, ao amarratamento e de fácil lavagem a baixas temperaturas; durável, resistente ao ataque de fungos e à degradação bacteriana; de fácil reutilização e completamente biodegradável.

Maria Custódia Correia
José Chabert
DGRural



Helena Loermans

Um olhar sobre o tear, outra forma de sentir a tecelagem

Cruzámo-nos um dia numa rua qualquer de Odemira... Ela estava cheia de pressa e procurava as chaves da sala de formação onde era aguardada por um grupo de formandas. Trocámos algumas palavras e, embora não a conhecendo, tive quase a certeza de quem se tratava... Uma amiga em comum já me tinha falado dela e nas peças lindíssimas que faz no tear... Algum tempo depois voltámo-nos a encontrar... desta vez no seu *atelier* de tecelagem e fiação, no centro da histórica vila de Odemira, e com hora marcada. Rodeadas de teares, uma máquina de costura, de muitos novelos de lã e de outros fios, e das tais peças lindíssimas, parti à descoberta de quem é, afinal, esta mulher que um dia decidiu trocar a Holanda pelo Alentejo e o microscópio pelo tear...

Já passaram 14 anos desde que Helena Loermans trocou a cidade holandesa de Nijmegen pela pacata vila de Odemira mas confessasse tão apaixonada como quando pisou, pela primeira vez, terras lusas. Não conhecia Portugal nem tinha uma ideia muito clara do que vinha encontrar ou fazer mas o desafio era esse... mudar de país, mudar de vida...

Perto da praia mas, ao mesmo tempo, da serra e do campo, Odemira terá sido uma espécie de amor à primeira vista... Para lá das características geográficas e climáticas, Helena Loermans é atraída pela Natureza... pelas texturas, pelas cores, pelo pormenor.

Depois de anos a observar os tecidos humanos no laboratório do departamento de Citologia e Histologia da Universidade de Nijmegen, enquanto analista médica, Helena explica como, parecendo que não, existe muito em comum entre a histologia e a tecelagem.

"À primeira vista não tem muito a ver... A histologia é a ciência que trata do estudo dos tecidos humanos, da sua composição anatómica e química mas, para mim eram, antes de mais, estruturas com texturas". E é daí, dessa prática intensa e repetitiva de observação no microscópio que Helena diz vir a sua vontade (leia-se necessidade) de ampliar, isto é, de criar tecidos com texturas mais finas e, consequentemente, mais leves. "Eu quero criar leveza no meu trabalho, quero transparência". Tal como quando observava os tecidos humanos no microscópio, procura ampliar uma textura, limpando o que está à volta (que está a mais e por isso distrai), chamando a atenção para o pormenor.

A cada gesto, uma paixão

"Uma *écharpe* ou mesmo uma manta", diz, ao mesmo tempo que toca numa peça que está ali ao lado da máquina de costura já em fase de acabamento, "são mais agradáveis se forem peças mais leves". E isso, diz Helena, tem a ver quer com o tipo de fio ou fios utilizados quer com a forma como se entrelaçam na teia. À medida que a conversa avança e caímos nos pormenores técnicos da arte da tecelagem, o brilho dos olhos de Helena, de um azul profundo mas límpido, vai aumentando. Já esperava encontrar uma mulher apaixonada pela tecelagem, mas Helena revela, a cada

frase, a cada gesto, uma paixão muito maior pelos teares e pelas várias possibilidades de unir os fios, de lã, de linho, de seda, de papel, de inox, recuperando técnicas tradicionais mas fazendo-as evoluir num constante exercício de criatividade e de inovação.

Na verdade esta paixão pelos teares já vinha de trás... Em criança entrou, um dia, num *atelier* de tecelagem e apaixonou-se... Aos 18 anos compra o seu primeiro tear e começa a dar largas à imaginação, tecendo as primeiras peças. Durante anos, ao mesmo tempo que exerce a profissão de analista médica no laboratório da Universidade, Helena vai assim descobrindo o prazer de unir diferentes fios, entrelaçando-os na teia, criando tecidos. Um passatempo para ocupar as mãos e distrair a mente... Helena estava longe de imaginar que a tecelagem viria a transformar-se numa actividade profissional; mais, numa forma de estar... "Claro que havia um certo idealismo - que deve haver sempre - mas claro que também existia alguma reserva financeira, pois estava consciente que tinha de fazer alguma coisa para viver".

Conjugando a paixão pela tecelagem, aliada e a sua experiência de formadora na Universidade, Helena não demorou a eleger a tecelagem e a formação nesta área como um caminho possível... A ideia de montar um *atelier* surgiu quase ao mesmo tempo, porque para Helena a tecelagem faz mais sentido quando é possível acompanhar de perto todas as fases do processo: desde a aquisição da matéria-prima à confecção e acabamento. Claro que existem fases como a cardação, a fiação e o tingimento que podem ser transpostas (até para ganhar tempo) mas para Helena adquirir a lã em bruto permite fazer outro tipo de experiências; misturar e unir outro tipo de fios e isso é que dá riqueza ao tecido e à peça final.

continua >>



Foto: Mafalda dos Santos



Paula Matos dos Santos

Criatividade e inovação, são palavras que surgem com frequência ao longo da conversa e são também, sem dúvida, as palavras que melhor caracterizam as peças que saem das mãos de Helena Loermans, quer falemos de peças de vestuário quer de decoração. Antes de chegar a Portugal Helena já tinha investido algum do seu tempo em formação. Um período de aprendizagem que se estendeu de 1991 a 1998, da Holanda a Itália (onde continua a ir regularmente) até Portugal, onde veio a fazer o curso de formação de formadores. Talvez, por isso, não foi preciso muito tempo para Helena perceber que dar formação nesta área poderia vir a ser uma interessante opção. A partir daí, Helena tem assinado uma série de acções de formação e *workshops* por todo o país, quer seja através do CEARTE (Centro de Formação Profissional de Artesanato - ao qual está ligada) quer de outras entidades. Neste momento, por exemplo, Helena é uma das formadoras do curso de Tecelagem e Pintura Cerâmica que a Taipa - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira está a promover no âmbito do POEFDS - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

Através da formação, da organização e participação em exposições e feiras, como a Feira das Actividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira (FACECO) - na qual participa desde 1990 - e das idas frequentes a Itália, Helena Loermans não só vai reciclando conhecimentos como mantém actualizada a sua agenda de contactos. Para além do intercâmbio e debate de ideias com os estilistas e designers, Helena que também representa em Portugal uma marca holandesa de teares (os primeiros e os únicos com que trabalha), faz chegar mais longe não só o seu trabalho como tudo aquilo que por cá se vai falando e fazendo.

Recorrendo às técnicas tradicionais, mas utilizando equipamentos de modernos é possível obter um produto de alta qualidade, Helena Loermans não tem quaisquer dúvidas quando afirma que existe mercado para este tipo de produtos, tanto cá como lá fora. Os maiores estilistas do mundo são, segundo Helena, potenciais clientes. Apostar neste mercado de alta qualidade é o maior desafio, não só de Helena como de todas as tecedeiras e artesãs do país. Mas, para isso, admite, há muito para fazer... a começar pela formação, das artesãs aos próprios formadores. Há ainda que juntar as várias entidades com interesses e responsabilidades na

área do artesanato em geral, e da tecelagem em particular, e trocar experiências. É o que já está a acontecer no âmbito do projecto LANPOR cujo grupo de trabalho Helena integra.

Até ao momento, os resultados ainda não são muito visíveis mas, tal como Helena informa, a ideia deste projecto é aumentar a qualidade dos produtos têxteis artesanais, através de um sistema de selecção, classificação e certificação da lã; e, ao mesmo tempo, dar apoio técnico aos artesãos da área têxtil, sobretudo ao nível das tecnologias, do *design* e da certificação de forma a promover a comercialização do produto e a desenvolver toda a fileira dos lanifícios.

Helena Loermans admite, portanto, com toda a naturalidade um futuro risonho para o sector. "Quando eu comecei a trabalhar aqui as artesãs estavam muito ligadas à tradição (que eu respeito muito). Nos últimos anos, já tenho sentido que elas já estão mais abertas à inovação".

Através da formação, Helena Loermans procura que as formandas partam à descoberta do seu próprio interior e encontrem, ao lado da tradição, a inovação. "Na Natureza, uma flor, por exemplo, se formos ver com muita atenção, com a ajuda de uma lupa, vemos que está lá tudo... as texturas, as cores... que há um mundo para descobrir... Basta, para isso, estarmos apaixonados pelo que estamos a fazer... Eu sou assim... quando estou em Firenze a estudar novas técnicas estou apaixonada, quando estou aqui em Odemira a trabalhar com o tear também estou apaixonada... Faz parte da minha forma de estar... Onde estou faço por estar bem".

Paula Matos dos Santos
pmsantos@inde.pt



Paula Matos dos Santos

Memória de antigas técnicas

Museu dos Lanifícios, na Covilhã

A recuperação de um antigo imóvel da Covilhã levou à descoberta de um conjunto de estruturas da antiga Real Fábrica de Panos, essenciais para a preservação da memória de uma actividade e da sua relação com a cidade. Os trabalhos arqueológicos e museográficos que levaram à abertura do Museu de Lanifícios da Covilhã são um exemplo de preservação do património e um testemunho vivo da história da cidade e das suas gentes, que honram a Universidade da Beira Interior, responsável pelo Museu, a cidade da Covilhã e todos quantos fazem da indústria de lanifícios a sua actividade.

A Serra da Estrela sempre foi uma terra de pastorícia. Os numerosos rebanhos que, através do leite, do frio e da técnica artesanal, originaram um dos produtos mais requintados da gastronomia portuguesa – o queijo da serra – estiveram também na origem de uma intensa actividade de produção e tecelagem de lã. E, na encosta onde se encontra situada a cidade da Covilhã, desde muito cedo se concentraram as actividades ligadas aos tecidos de lã. Ao longo das duas ribeiras – a ribeira da Carpinteira e a ribeira da Goldra – proliferaram as unidades ligadas aos lanifícios e que utilizavam a energia da água, designadamente nos pisões. E da actividade dos lanifícios dá eco o foral da Covilhã (1186) e os textos de Gil Vicente. Mas a marca da industrialização chega no século XVII, por influência do Conde da Ericeira que ali criou a Fábrica Nacional de Sarjas e Baetas. Menos de cem anos passados, por decreto régio de D. José e inserido na política de modernização do Marquês de Pombal é criada a Real Fábrica de Panos da Covilhã, mais tarde ligada à Fábrica do Fundão e que já no reinado de D. Maria passa a ser agregada na Sociedade das Reis Fábricas da Covilhã, do Fundão e de Portalegre. A partir desta altura a Covilhã passa a desempenhar, no panorama nacional, um papel único no domínio das lãs.

Uma memória recuperada

Quando se criou em 1970 o Instituto Politécnico da Covilhã, a Câmara Municipal cedeu-lhe um conjunto de edifícios e de anexos em tempo pertencentes ao Quartel do Batalhão de Caçadores, entretanto extinto. Popularmente conhecido como o Quartel,

dele se tinha perdido a memória da sua génese fabril. E só em 1975, já numa segunda fase de recuperação dos edifícios, se deparam aos técnicos um conjunto de poços cilíndricos, de fomalhas e de caldeiras, colocando-se então perante todos a possibilidade de se estar perante a tinturaria da antiga Real Fábrica de Panos da Covilhã. E surge aí, de imediato, a ideia da criação de um Museu Têxtil. Em 1982, o espaço então descoberto é classificado como *imóvel de interesse público* e em 1985, com o empenhamento do reitor do já Instituto Universitário da Beira Interior é retomado o projecto de recuperação e musealização daquele espaço. O levantamento arqueológico é feito com base num protocolo estabelecido entre o Instituto Universitário da Beira Interior e a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa. E é na sequência desse trabalho que se desenvolve a investigação arqueológica do espaço da tinturaria e, igualmente, se investiga toda a história da Real Fábrica de Panos da Covilhã e ainda o percurso dos lanifícios em toda a zona da Serra da Estrela.

Um museu de sítio

O actual Museu dos Lanifícios ocupa uma área de 700 m², vivendo essencialmente dos espaços recuperados como museu de sítio que é. Quem o visita acaba por ser recebido com a projecção de um filme em que é apresentada de uma forma geral a tradição de lanifícios da Covilhã, a história da Real Fábrica de Panos e o trabalho de concretização do Museu. Depois, em visita normalmente acompanhada, o visitante pode contemplar a

continua >>



Francisco Botelho



Francisco Botelho



Tinturaria dos Panos de Lã, o Tanque de Água, a Tinturaria das Lãs em Meada, os Corredores das Fornalhas e a Tinturaria das Dornas. A apresentação dos espaços permite uma visualização e uma compreensão imediata das técnicas utilizadas na tintagem das lãs, sendo acompanhada de algum espólio que aponta para a manufactura da lã e para a sua coloração. Um espaço que representa uma bellissima recuperação patrimonial e que se constitui como garante da memória de uma afirmação sócio-económica fundamental na Covilhã e na região. Um espaço onde o visitante se sente transportado para o passado e conduzido para a compreensão da sociedade actual.

Mas o Museu de Lanifícios não é só o espaço da tinturaria da antiga Real Fábrica dos Panos. Não menos importante é o Centro de Documentação e Arquivo Histórico, estrutura que vai compilando todo o espólio documental ligado à actividade fabril da região e que dispõe já de mais de 20 fundos documentais de empresa. Uma estrutura que garante, para o futuro, a preservação da memória das empresas que laboram na Covilhã. E no espaço do Museu, para lá de uma zona dedicada a exposições temporárias, existe um atelier que acolhe estagiários dedicados a inovação na tecelagem da lã e, igualmente, grupos escolares em visita ao Museu. Ao ar livre, o Núcleo das Râmulas de Sol expõe aos visitantes o espaço onde, antigamente, se procedia à secagem dos panos de lã, por exposição ao sol.

Aberto ao público desde 1992 – com abertura permanente e regular desde 1996 – o Museu de Lanifícios tem nas Escolas o seu público mais numeroso. Mas os muitos turistas da Serra da Estrela começam já a descobri-lo e é anualmente motivo de interesse para os sectores têxteis da Bélgica, da Holanda e do Japão.

O Museu dos Lanifícios adquiriu especial notoriedade neste mês de Outubro. A APOM, Associação Portuguesa de Museus, resolveu atribuir-lhe, por unanimidade, o prémio APOM, valorizando a programação e a realização do Museu ao longo dos três últimos anos. Um prémio que satisfaz especialmente a Directora do Museu, Elisa Pinheiro, e a sua equipa, na medida em que não foi sequer alvo de candidatura mas corresponde ao reconhecimento público do júri.

O prémio e a exposição pública virão certamente dar um novo impulso aos numerosos projectos do Museu, designadamente à implementação do novo núcleo museográfico, com cerca de 6.000 m², a instalar em antiga fábrica desactivada e que vai ser testemunho da fase industrial da Covilhã dos séculos XIX e XX. A par da actividade museográfica e documental, o Museu dos Lanifícios continuará atento a todo o processo dos lanifícios, tentando compreender e intervir nos actuais condicionais da fileira da lã em Portugal. É, por isso, um dos parceiros mais interessados e dinâmicos no projecto LANPOR, em parceria com estruturas e instituições públicas e privadas. "Um projecto lindo, porque permite tocar todas as componentes da fileira da lã", como afirma Elisa Pinheiro.

Francisco Botelho
frbotelho@inde.pt





Textos de João Limão e Paula Matos dos Santos

Uma extensa faixa costeira, encaixada entre o oceano Atlântico e a planície alentejana, escassamente povoada e com um baixo índice de desenvolvimento, constitui a Zona de Intervenção do Plano de Desenvolvimento Local da ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano. Um território com dificuldades e potencialidades onde a associação de Santiago do Cacém pretende promover *um* desenvolvimento sustentado.

A Zona de Intervenção (ZI) considerada no âmbito do programa LEADER+ da ADL abrange quatro concelhos do Alentejo Litoral - Grândola, Santiago do Cacém (excepto parte da freguesia de Alvalade), Sines (excepto núcleo urbano) e Odemira (nove freguesias), ocupa uma área total de 2.722,8 km² (considerada na totalidade como zona desfavorecida), e conta com uma população residente de aproximadamente 61.767 habitantes (Censos de 2001), que se traduz numa densidade populacional de 22,7 habitantes por km².

Com uma extensa faixa costeira, encaixada entre o oceano Atlântico e a planície alentejana, que se estende desde o extremo mais setentrional da Península de Tróia (concelho de Grândola) até ao limite da freguesia da Longueira/Almograve (Odemira), a ZI da ADL encontra-se estrategicamente situada entre a área metropolitana de Lisboa e o Algarve. Contudo, a constituição arenosa e o traçado rectilíneo da costa entre Tróia e Sines, aliada à deficiente acessibilidade terrestre, contribuíram para o escasso povoamento e subdesenvolvimento desta sub-região.

Défice populacional que se estendeu até aos nossos dias. De acordo com os resultados provisórios dos Censos de 2001, o Alentejo registou um crescimento populacional negativo de 2,7 por cento, apresentando uma taxa bruta de crescimento natural de 0,134 por cento, e um balanço

migratório de 0,648 por cento, no período compreendido entre 1991 e 2001. Somente o Alentejo Litoral registou um índice de evolução da população residente positivo em 2,4 por cento no mesmo período. Afectado pelo movimento migratório e pela concentração da população nas sedes de concelho, o Alentejo Litoral regista um progressivo abandono dos campos e despovoamento dos montes (com a partida dos mais jovens), vindo a transformar-se num somatório de localidades com populações envelhecidas.

No domínio da economia, o Alentejo situa-se entre as 25 regiões mais pobres da União Europeia (UE), segundo o indicador "PIB *per capita*". Em 1986 era a terceira região mais pobre, com um PIB *per capita* de 37 por cento da média comunitária, passando para a 16ª posição em 1996, com um índice de 59,7 por cento daquela média. O PIB *per capita* da região do Alentejo é aquele que, das cinco NUTS do continente, está mais afastado da média nacional, registando apenas uma situação mais favorável que os Açores e Madeira. Entre as sub-regiões no Alentejo, apenas no Alentejo Litoral este indicador ultrapassa a média nacional.

Sector primário pesado

Ao nível das actividades produtivas, a agricultura e a silvicultura representam 13,9 por cento do Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado (VABpm), e 25,4 por cento do emprego, enquanto as indústrias agro-alimentares correspondem apenas a 3 por cento do VABpm, e a 2,9 por cento do emprego. O peso do sector primário, segundo dados de 1997 e 1998 corresponde a 9,2 por cento da ocupação, e representa 15,4 por cento das sociedades sediadas.

O Alentejo é também a região onde o sector secundário se revela menos dinâmico, tendo-se registado mesmo, entre 1990 e 94, um crescimento negativo no Alentejo Litoral. Actualmente, 40,3 por cento das pessoas trabalham neste sector, que representa 21,4 por cento das sociedades sediadas. O sector terciário é aquele que tem maior expressão, com uma dinâmica de crescimento idêntica ao resto do país, assumindo a



ocupação de 50,5 por cento dos empregados da região, e 64,1 por cento das sociedades. Contudo, esta dinâmica tem uma forte representação de serviços públicos.

Nos anos mais recentes, o Alentejo tem vindo a evidenciar uma maior dinâmica do tecido económico, revelado por indicadores como a construção civil, turismo, localização de empresas, e pela capacidade de fixação de investimento no âmbito dos regimes de incentivos ao investimento e ao emprego (PEDIP, PROCOM, SIFIT, RIME, SIR, IDL). No Alentejo Litoral, Sines tem sido particularmente evidente nesta dinâmica, com valores acima da média do continente, especialmente através do pólo industrial, com o complexo petroquímico de Sines.

Numa perspectiva histórica, o contexto de abolição das ordens religiosas, permite talhar grandes latifúndios, com aproveitamento extensivo: pinhais nas areias do litoral, montado de sobro, com destaque para as áreas de Grândola e Santiago do Cacém, onde se chegam a desenvolver algumas indústrias corticeiras. Mas, pouco a pouco, quer as unidades industriais de cortiça (Grândola, Santiago do Cacém, Sines) quer de conservas (Sines) foram-se extinguindo.

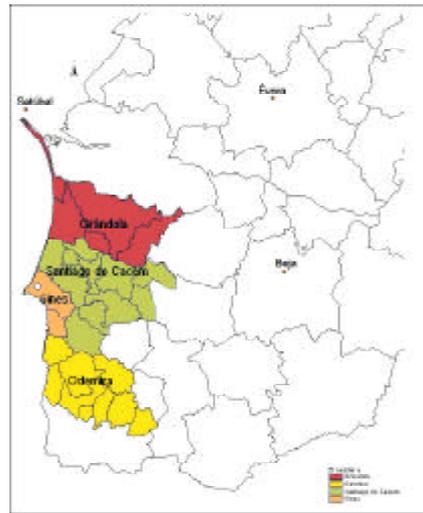
A vertente agro-pecuária teve na cultura cerealífera de sequeiro em vastas extensões de peneplancie; no pastoreio de porcos, no montado, de ovelhas nas terras de cereal, de cabras nas áreas mais marginais, as suas expressões mais evidentes e valiosas. É neste âmbito, ao nível da cultura do arroz e da produção cerealífera que se regista uma vaga de movimentos migratórios - de ratinhos da Beira Interior, de caramelos e gaibéus da Beira Litoral, de galegos e algarvios - para suprir a grande carência de mão-de-obra no Alentejo. A pretexto das ceifas, alguns destes migrantes ficavam, às vezes, como foreiros ou seareiros, constituindo um proletariado rural misto de estantes e migrantes, originando uma grande instabilidade e fragilidade demográfica e social.

No litoral alentejano verificou-se ainda um fluxo migratório de pescadores camponeses da Beira Litoral, que desceram ao longo da costa para se fixarem em novas comunidades como na Lagoa de Santo André, ou em pequenos casais na Plataforma Litoral. Neste período, o Alentejo Litoral funcionou como terra prometida. A partir dos anos 60 do século XX, o fluxo migratório inverteu-se em direcção a Lisboa, África, Europa e Algarve. Ainda ao nível da actividades produtivas, a mineração (pirites, calcopirites e outros minérios) promoveu episódios localizados e duradouros no Lousal (Grândola) e Cercal, ainda que não tenha originado qualquer actividade transformadora. Enquanto que, ao mesmo tempo, saía cereal, carvão e cortiça de Vila Nova de Milfontes - um dos dois únicos portos de acesso pela via marítima. O outro era Sines, embora este último funcionasse sobretudo como um porto de pesca, abastecedor de parte do Alentejo.

Elevado potencial turístico

No capítulo ambiental, o território conta com um elevado número de áreas protegidas e sítios incluídos na Rede Natura 2000, como a Reserva Natural do Estuário do Sado, a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

A riqueza desta biodiversidade manifesta-se a vários níveis. Por exemplo, na Lagoa de Santo André encontram-se inventariadas 106 espécies de aves aquáticas e 112 espécies de aves terrestres. O Galeirão (*Fulica atra*), o



Zona de Intervenção

Concelhos/Freguesias

Grândola

Carvalhal; Grândola; Melides; Azeituna de Barros; Santa Margarida da Serra

Santiago do Cacém

S. Francisco da Serra; Santo André; Santa Cruz; S. Bartolomeu da Serra; Santiago do Cacém; Abela; Ermidas - Sado; Alvalade (margem esquerda do rio Sado); S. Domingos; Vale de Água; Cercal

Sines

Sines (excepto núcleo urbano); Porto Covo

Odemira

Vila Nova de Milfontes; S. Luís; Relíquias; Longueira/Almogrove; S. Salvador; Boavista dos Pinheiros; Santa Maria; Luzianes-Gare; Santa Clara-a-Velha (área norte do rio Mira)

Pato-de-bico-vermelho (*Netta rufina*) e os Zarros (*Aythya* sp.) são alguns exemplos. No mesmo local, foram observadas quatro das 10 espécies de aves consideradas "em perigo" no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal: o Abetouro (*Botaurus stellaris*), a Cegonha-negra (*Ciconia nigra*), o Caimão (*Porphyrio porphyrio*) e a Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*). O bom estado de preservação da costa litoral despertou, desde finais dos anos 50, algumas intenções de investimento orientadas para o enorme potencial turístico que representa o vasto e despovoado troço da costa portuguesa. Sines já suscitara algum desenvolvimento turístico mas Porto Covo, Vila Nova de Milfontes e Zambujeira do Mar não tardaram a ser descobertas.

O clima mediterrânico, ameno, mas moderado pela influência atlântica, sedimentou esta apetência de veraneio. Em simultâneo, a importante riqueza histórica e arquitectónica, patente no património edificado e de que são exemplos a Estação Arqueológica de Miróbriga, os vestígios da necrópole do Galeado, os castelos de Santiago do Cacém e Sines, o forte do Pessegueiro ou a arquitectura pombalina de Porto Covo, despertam um elevado potencial no domínio do turismo virado para valores culturais. Vertente que ganha ainda maior solidez com o vasto e importante património cultural e etnográfico.

Ao nível das artes e ofícios o Alentejo Litoral apresenta uma grande diversidade: cerâmica, mobiliário tradicional, tecelagem, peças em cortiça, latoaria, e ainda saberes tradicionais com possibilidades de valorização na área dos enchidos, azeite, vinho, e gastronomia. Vertentes estas que têm vindo a encontrar um prolongamento e actualização necessários, com o desenvolvimento de eventos culturais como o Festival Músicas do Mundo, em Sines, e o Festival Sudoeste, na Zambujeira do Mar. O Alentejo Litoral tem, assim, no turismo um importante foco de dinamização da sua economia.



Projecto LEADER+ da ADL

Promover o desenvolvimento sustentado do território

No âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural LEADER+ "Alentejo Litoral", a ADL elaborou um Plano de Desenvolvimento Local (PDL), com o objectivo central de promover o Desenvolvimento Sustentado do Território, atenuando assimetrias entre a faixa litoral e o interior da Zona de Intervenção (ZI).

Sob o tema federador da Promoção e Reforço das Componentes Organizativas e Competências das Zonas Rurais, a intervenção da associação contempla quatro eixos estratégicos de intervenção: Apoio às estruturas locais e aquisição de competências; Dinamização do tecido empresarial; Valorização e preservação dos recursos patrimoniais; e Promoção da zona de intervenção.

O primeiro eixo visa a animação local, através do apoio ao associativismo e instituições locais e à mobilização dos jovens; a formação profissional e o apoio às assessorias técnicas e aquisição de competências. O segundo pretende a diversificação e a revitalização das actividades económicas, nomeadamente o Turismo em Meio Rural, o Artesanato, os Produtos Agro-alimenta-

res e a modernização do sector empresarial, e aposta na inovação e qualificação. Objectivos de valorização e preservação dos recursos naturais e culturais com vista à criação de oportunidades de desenvolvimento económico e bem estar social norteiam o terceiro eixo e, por último, o quarto, assenta no reforço da vertente promocional, o que passa pela promoção dos bens e serviços da zona de intervenção, de forma integrada e articulada, a nível nacional e transnacional.

Para a prossecução destes objectivos, a ADL definiu ainda seis objectivos específicos e operacionais: fomentar a aquisição de competências, a participação e a organização dos actores locais e as iniciativas locais; valorizar, recuperar e promover o património natural e cultural; potenciar relações entre aglomerados urbanos e áreas rurais; fixar a população e melhorar as suas condições de vida; dinamizar e diversificar o tecido empresarial; promover o território, as suas actividades e produtos como um todo ao nível regional, nacional e transnacional.

O território do Alentejo Litoral oferece várias potencialidades, com pontos fortes que permitem ultrapassar ou minimizar eventuais estrangulamentos. Potencialidades que, no essencial, assentam naquilo que o território oferece em termos físicos e na cultura das populações. O Património Natural (sistemas agro-

florestais, conservação da paisagem, áreas protegidas e classificadas); Património Cultural (etnográfico, arqueológico e construído); Artesanato, Artes e Ofícios Tradicionais; Localização Geográfica (com boas acessibilidades e proximidade de infra-estruturas e equipamentos); e Instrumentos de Planeamento e Ordenamento, afirmam-se no âmbito destas potencialidades.

Face às potencialidades identificadas, as alternativas de desenvolvimento passam pelo reforço das competências dos recursos humanos para que estes possam desenvolver actividades económicas sustentáveis, e pela agregação dos actores locais em estruturas organizativas. Outro eixo de desenvolvimento assenta na valorização do património, mantendo a população no meio rural, de forma a conservar os recursos naturais e culturais, e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida da população. A potencial capacidade de atracção do território permite perspectivar a possível fixação de uma população jovem num futuro próximo, desde que se abram novas oportunidades de emprego e actividades de ocupação de tempos livres.

Para assegurar os objectivos, a ADL propõe um conjunto de medidas que visam o desenvolvimento sustentado da região, e que se dividem no conjunto das 18 acções que dão corpo ao PDL.

Plano de Desenvolvimento Local Medidas, submedidas e acções - resumo

MEDIDA 1 – Investimentos

Submedida 1.1 – Investimentos em Infra-Estruturas Colectivas

Acção 1 – Centro de Iniciativas Turísticas do Alentejo Litoral
Consiste na criação de uma infra-estrutura que permita organizar, articular e promover a oferta turística de forma integrada no Alentejo Litoral.

Acção 2 – Património Natural e Cultural
Apoio a projectos exemplares que pretendam contribuir para a manutenção das paisagens do meio rural e valorizar as potencialidades ambientais e culturais, com vista a potenciar os recursos patrimoniais numa lógica de exploração sustentada dos mesmos, gerando uma dinâmica nas economias locais.

Acção 3 – Recuperação de Espaços para Apoio Social
Criação de infra-estruturas de interesse social, apoiando a recuperação ou adaptação de espaços com vista a desenvolver actividades indispensáveis à melhoria das condições de vida no mundo rural.



RAIO LITRÃO

Submedida 1.2 – Apoio a Actividades Produtivas

Acção 4 – Apoio a Micro e Pequenas Empresas Locais
Apoio, criação e modernização de unidades produtoras de bens e serviços de pequena e média dimensão nos domínios da transformação agro-alimentar, actividades artesanais, oficinas de transformação e reparação, alojamentos e animação turística, restauração e lojas de produtos locais e implementação de serviços em meio rural.

Acção 5 – Apoio a Projectos Inovadores
Apoiar projectos inovadores de natureza produtiva que integrem as novas tecnologias e novos métodos e que permitam contribuir para o reforço da economia local. O aproveitamento dos subprodutos das empresas agro-florestais e pecuárias com vista à produção de biomassa ou da sua reciclagem, é um exemplo.

Submedida 1.3 – Outras Acções Materiais

Acção 6 – Apoio a Projectos para Jovens
Realização de actividades dinamizadas por e para crianças e jovens. Pretende-se fomentar o espírito de equipa e dinamismo no sector juvenil de forma a que estes se envolvam no desenvolvimento do seu território.

Acção 7 – Apoio ao Associativismo e Instituições Locais
Apoio a projectos dinamizados por associações, cooperativas e instituições locais que pretendam desenvolver projectos integrados com vista à dinamização de actividades de carácter sócio-económico e sócio-cultural no mundo rural.

MEDIDA 2 – Acções Imateriais

Submedida 2.1 – Formação Profissional

Acção 8 – Formação para Dirigentes Associativos, Quadros Técnicos e Empresários
Realizar formações de curta duração com o objectivo de reforçar as competências da ZI, qualificando os seus quadros técnicos, empresários e dirigentes associativos.

Acção 9 – Formação em Áreas Específicas
Realização de acções de formação de curta duração em áreas específicas e indispensáveis para a implementação do PDL, tendo em conta os sectores de actividade nele considerados.

Submedida 2.2 – Outras Acções Imateriais

Acção 10 – Assessorias Técnicas e Aquisição de Competências a Empresas
Apoio a contratação de assessorias técnicas para o desenvolvimento de projectos empresariais, com vista à dinamização sócio-económica da sub-região.

Acção 11 – Assessorias Técnicas e Aquisição de Competências para Instituições e Associações

Apoio à contratação de assessorias técnicas para o desenvolvimento de projectos dinamizados por associações e instituições locais, com vista à dinamização sócio-económica e sócio-cultural da sub-região.

Acção 12 – Iniciativas Piloto de Carácter Sócio-Comunitário
Acção que pretende desenvolver iniciativas-piloto de desenvolvimento sócio-comunitário dirigidas a grupos-alvo (crianças, jovens, mulheres e idosos) potenciando a realização de actividades com carácter demonstrativo e efeito multiplicador, junto das comunidades rurais mais isoladas.

Acção 13 – Informação / Sensibilização e Experimentação Agro-Ambiental
Divulgação de diferentes formas de exploração sustentada dos recursos agro-silvopastoris, através da dinamização de um campo de demonstração agro-ambiental.

Acção 14 – Apoio a Projectos de Associações e Instituições Locais
Dinamização de actividades de carácter sócio-cultural e sócio-económico, de forma integrada. Com esta acção pretende-se apoiar a realização de iniciativas que promovam os locais e as suas potencialidades.

Acção 15 – Apoio a Actividades Promocionais
Apoiar a promoção da ZI, sobretudo os recursos patrimoniais, ao nível local, regional, nacional e transnacional, através da organização de eventos ou iniciativas que promovam a zona de intervenção de forma inovadora.

Acção 16 – Consolidação da Estratégia de Desenvolvimento
Realização de actividades necessárias à consolidação da estratégia de intervenção proposta para a ZI, de modo que os actores locais possam participar junto da ETL, por forma a corrigir assimetrias e despoletar processos empreendedores necessários ao desenvolvimento da sub-região.

Acção 17 – Núcleos Técnicos de Animação Local
Apoiar a dinamização de três núcleos de animação local, nos quatro concelhos da ZI, com vista à divulgação do LEADER+ e de outros programas adequados à estratégia de intervenção definida para o território.

Acção 18 – Promoção da Zona de Intervenção
Apoiar a organização, articulação e promoção dos recursos existentes na ZI de uma forma integrada tendo por base a criação de uma imagem de marca no Alentejo Litoral.

ADL

Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano



Ainda que não tenha sido uma das 48 entidades gestoras do programa LEADER II, a ADL "recebe" o LEADER+ com alguma naturalidade...

Constituída em Dezembro de 1994, a partir de um conjunto de entidades, públicas e privadas, a ADL é a concretização dessa vontade colectiva, com vista a potenciar o desenvolvimento sustentado dos cinco concelhos que compõem o Alentejo Litoral: Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

A história da ADL remonta, de facto, ao LEADER II, quando a Esdime, Agência para o desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, enquanto entidade gestora daquele programa assina um protocolo de colaboração com duas associações de desenvolvimento vizinhas - a ADL e a Alentejo XXI. Chamaram-lhe Comissão de Apoio à Gestão (CAGEST) e era, na prática, um órgão de gestão tripartido, composto por um elemento da Direcção de cada um daquelas três entidades.

A coordenadora da ETL da ADL foi uma presenças habituais nas reuniões da CAGEST. Na ADL desde 1995, Maria João Braga entra directamente para o LEADER. E isso não só despertou esta economista para as questões do desenvolvimento local como a levou a criar grandes expectativas relativamente a este Programa. Assumir o LEADER+ foi, por isso, perfeitamente normal.

À fase de elaboração/apresentação da candidatura ao LEADER+ - na qual a experiência LEADER II terá sido decisiva - e apresentação pública do Plano de Desenvolvimento Local (PDL), é tempo de começar a analisar as cerca de três dezenas de candidaturas já recebidas na sede da associação e respectivos pólos concelhios. Ainda é cedo para fazer qualquer tipo de balanço mas a coordenadora da ETL avança que a acção com mais projectos, até ao momento, é a do associativismo.

Para além da parceria alargada que constitui a própria ADL - contando, actualmente, com 24 associados representativos dos três sectores de actividade (entre autarquias, associações ligadas às actividades económicas, instituições financeiras, organismos locais da administração pública e entidades de apoio social), a Associação de Santiago do Cacém estabeleceu ainda protocolos de cooperação com entidades de âmbito concelhio, designadamente a ADREG, Associação para o Desenvolvimento da Região de Grândola e a TAIPA, Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, de modo a constituir o Núcleo de Apoio à Gestão. A criação deste órgão tem por objectivo promover uma maior participação nos processos de reflexão e avaliação prévios à tomada de decisão; não obstante os pareceres emitidos são apenas consultivos, pois o poder de decisão pertence à Direcção.

Enquanto parceiras de primeira linha da ADL, estas duas entidades acabam por funcionar como Núcleos Técnicos

nos respectivos concelhos não só para o LEADER+ como para os outros programas e projectos que a ADL desenvolve.

Neste momento, para além do LEADER+ - no qual estão envolvidas cinco técnicas a tempo inteiro - a ADL tem a coordenação do projecto CRESCER, no âmbito do POEFDS (Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social). O CRESCER, que surge na sequência do "SEMEAR" (ao abrigo do PIPPLEA - Programa Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego no Alentejo), tem por principal objectivo a promoção do emprego e a inclusão social das populações locais, através do atendimento, encaminhamento e acompanhamento ao nível do emprego, educação e formação. Crescer, fazendo um amanhã melhor para as populações dos concelhos de Santiago do Cacém, Sines, Odemira e Grândola é o que pretende esta associação através da implementação deste projecto que muito congratula toda a equipa. No *Curriculum* da ADL referência obrigatória ao programa Centros Rurais. Um desafio para a associação, um ponto de viragem para as localidades abrangidas. O lançamento da primeira pedra do museu mineiro da aldeia do Lousal, onde se procura preservar a memória colectiva daqueles que durante décadas concorreram para a produção mineira, terá sido uma das intervenções mais significativas ao abrigo deste programa.

O projecto CRESCER e o LEADER+ são "apenas" mais dois grandes desafios que a ADL se propôs encarnar no contexto da política de dinamização do desenvolvimento que preconiza para o Alentejo Litoral, nomeadamente, nas zonas mais afectadas pelo movimento migratório, e que têm vindo a transformar-se, pouco e pouco, em localidades envelhecidas e, muitas vezes, esquecidas.

Travar e inverter, se possível, essa tendência, aproveitando correctamente as potencialidades da região é o que a ADL pretende com o LEADER+. Ou seja, por outras palavras, proporcionar um desenvolvimento sócio-económico da região. Para isso, a associação conta não só com uma ajuda financeira de cerca de três milhões de euros como uma equipa técnica optimista e motivada... Um grupo de cinco mulheres com diferentes formações mas com uma grande vontade de fazer - e fazer bem - em comum.

ADL
Sede social
Edifício Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado
Estrada Nacional 261/2
7565-014 Alvalade

Delegação (Equipa Técnica LEADER - ETL)
Parque de Feiras e Exposições Entrada Norte
7540-230 Santiago do Cacém
Telefone: 269 827233
Fax: 269 829744
E-mail: ad.litoral.alentejano@ip.pt



Maria João Braga
Coordenadora da ETL

Na ADL desde 95, Maria João Braga integrou o GAL da ESDIME durante o LEADER II, talvez por isso, afirma que seria impensável continuar na Associação sem ficar ligada ao Programa LEADER.

"Desde o início que isso ficou claro, pois era o que eu gostava de fazer". Licenciada em Economia, pela Universidade de Évora, Maria João inicia-se profissionalmente na ADL e no LEADER. "Antes era formadora. Na ADL comecei a trabalhar logo no LEADER e as minhas funções sempre tiveram a ver com isto: análise e acompanhamento de projectos". E como é trabalhar com o LEADER? "Acho que o LEADER é um programa que tem um papel muito importante a nível local, pois existe uma proximidade muito grande com as populações. As pessoas sabem que podem contar connosco sempre, desde o enquadramento do projecto à execução financeira, e isso é óptimo. Gera um certa confiança entre as pessoas".



Paula Carneiro
Responsável financeira

"Nasci em Angola, passei a minha infância no Alentejo, estudei no Porto (Economia), trabalhei em Lisboa, mas optei por regressar ao Alentejo... porque achei que devia fazer qualquer coisa cá. Não foi uma opção fácil, porque sempre soube que aqui a progressão na carreira seria mais lenta mas tinha as suas compensações... A grande aposta no Alentejo também parte do pressuposto que as pessoas não podem parar com a sua formação e têm de ser o mais polyvalentes possível. O lema é não parar". A entrada de Paula Carneiro na ADL em 1996 foi, no entanto, quase por acaso... "Um dia numa das iniciativas da Associação de Desenvolvimento Regional dos Concelhos de Sines e Santiago do Cacém - com a qual colaborei durante um ano, ao mesmo tempo que fazia o trabalho final de curso - um dos directores da ADL veio ter comigo... Optei por uma associação de desenvolvimento local porque por faço aquilo que gosto: a coordenação e gestão financeira de programas".



Maria José Guerreiro
Técnica responsável pelo concelho de Grândola

Chegou à ADL em Abril e 2000 para pegar no projecto Semear, no âmbito do PIPPLEA, e nunca mais parou... Depois com formação e experiência na área agrícola, e muitos quilómetros percorridos por quase todo o Alentejo (enquanto formadora), Maria José foi chamada para ajudar na elaboração da candidatura da ADL ao LEADER+, sendo naturalmente, integrada na ETL. "Sou uma mulher mais de terreno, não tenho qualquer tipo de problema em calçar umas botas e ir para o campo, mas afastei-me um pouco disso... O LEADER+ está a ser uma experiência muito positiva". Natural de Grândola, Maria José conhece bem o meio, tem lá os seus contactos e, talvez por isso, tivesse sido escolhida para acompanhar o projecto nas cinco freguesias abrangidas pelo programa naquele concelho.



Guida Silva
Técnica responsável pelos concelhos de Santiago do Cacém e Sines

A Guida estava à espera da nota final do curso (Sociologia e Planeamento) quando soube que a ADL estava a contratar técnicos. "Entreguei o CV porque eu já tinha algum conhecimento da área do DL via ensino porque a minha tese foi nesta área. Na altura começava-se a falar do LEADER e eu com algum conhecimento em termos de análise e caracterização de dados comecei a trabalhar neste Programa".

"Sou da freguesia da Abela (concelho de Santiago) e sempre lá vivi. Fui estudar a Lisboa mas nunca me passou pela cabeça ficar por lá. Portanto quando surgiu esta oportunidade de vir para a ADL - o meu primeiro e único emprego até agora - fiquei muito entusiasmada. Neste momento com o LEADER, é muito gratificante receber os potenciais promotores, dizer que sim, que tem enquadramento, vamos avançar; é muito bom. Esta é a melhor parte das minhas funções na ADL: poder ajudar quem nos procura".



Rita Vacas
Técnica responsável pelo concelho de Odemira

Quando a Rita acabou a licenciatura em Lisboa (Geografia e Planeamento Regional) optou logo por regressar a Alcácer, de onde é natural. Começou por estagiar no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina em Odemira, no âmbito da agricultura biológica. O trabalho no Parque durante um ano e o contacto com esta problemática do desenvolvimento rural despertaram-lhe a atenção para o trabalho das associações de desenvolvimento local, levando-a à associação onde actualmente desempenha funções: "Entrei para a ADL no final do mesmo ano (1999) para trabalhar no PIPPLEA". Quase ao mesmo tempo Rita começou a trabalhar no LEADER+, participando na elaboração da candidatura, permitindo-lhe "descobrir toda a filosofia subjacente ao Programa". Na ETL a responsabilidade pelo concelho de Odemira acontece "porque já tinha estado um ano a estagiar no Parque e conhecia o território". Entre as funções que desempenha, Rita considera que a parte mais interessante do seu trabalho "é o próprio contacto com as populações locais, que nos proporciona, sempre, experiências novas".

FICHA TÉCNICA

Corpos Sociais da ADL (Triénio 2001/2003)

Assembleia-Geral: Presidente Associação de Municípios do Litoral Alentejano (Vitor Prouença) | Secretários Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado (Ilídio Martins) e Câmara Municipal de Odemira (António Afonso) | Direcção: Presidente Associação de Beneficiários do Mira (Manuel Amaro Figueira) | Vice-Presidente Câmara Municipal de Grândola (Graça Nunes) | Secretário Instituto de Conservação da Natureza (João Nunes) | Tesoureiro Associação de Agricultores do Litoral Alentejano (Mário Hilarão) | Vogal Sagran - Associação de Suinicultores dos Concelhos de Santiago do Cacém, Sines e Grândola (Ana Ventura) | Suplentes NEGDAL, SA e ACL - Associação Portuguesa de Criadores da Raça Limousine (José Joaquim Baguinho, Rui Sampaio Borges de Sousa ou Samora) | Conselho Fiscal: Presidente Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de São Teotónio (António Manuel Loução) | Vogal Câmara Municipal de Santiago do Cacém (José Joaquim Baguinho) | Suplente Câmara Municipal de Sines (Ferreira Costa)

Associados

Agrifruta - Miróbrica; Agro-Santiago, CRL; Associação de Beneficiários do Mira; Associação de Defesa Sanitária C.O.B.L. Alentejano; Associação de Municípios do Litoral Alentejano; Associação Portuguesa de Criadores da Raça Limousine; Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado; Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sado; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alcácer do Sal; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de São Teotónio; Câmara Municipal de Grândola; Câmara Municipal de Odemira; Câmara Municipal de Santiago do Cacém; Câmara Municipal de Sines; COOPSIL, CRL; Grândolacoop, CRL; Instituto de Conservação da Natureza; NEGDAL, SA, Associação Portuguesa de Criadores da Raça Limousine; Rações Santiago, LDA; SAGRAN, Associação de Suinicultores dos Concelhos de Santiago do Cacém, Sines e Grândola; Santa Casa da Misericórdia de Odemira; Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém; Associação de Agricultores do Litoral Alentejano e ANSUB, Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado.

Medida AGRIS

A Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Regionais, designada AGRIS, está intimamente ligada ao Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, quer em termos de objectivos, quer em termos de consistência instrumental. A Medida AGRIS é constituída por acções complementares das que integram o Programa AGRO e pretende-se que os seus impactos sejam convergentes. Neste número do Pessoas e Lugares, damos a palavra aos coordenadores da Medida AGRIS na Beira Interior e Alentejo. Numa próxima edição, concluiremos esta apresentação com a publicação de textos da responsabilidade dos restantes coordenadores da Medida.



AGRIS Alentejo

No Programa Operacional Regional do Alentejo refere-se que "a Medida AGRIS se insere numa estratégia de desenvolvimento agrícola e rural, que visa incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social".

A Medida AGRIS constitui-se, assim, como um instrumento, de um conjunto mais vasto em que se incluem, nomeadamente o AGRO, o RURIS e o LEADER+, de que se dispõe para atingir o grande objectivo anteriormente referido. Cada um destes instrumentos, pese embora a complementaridade existente, visam objectivos e domínios de intervenção específicos. Os domínios de intervenção da Medida AGRIS, correspondendo a cada um deles uma acção, são os seguintes: diversificação na pequena agricultura; desenvolvimento dos produtos de qualidade; gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas; serviços à agricultura; gestão de recursos hídricos e emparcelamento; caminhos e electrificação agro-rurais; valorização do ambiente e do património rural; dinamização do desenvolvimento agrícola e rural. O conjunto das primeiras seis acções, que complementam os incentivos financeiros concedidos pelas medidas de carácter nacional (central) e incentivam o investimento na realização de infra-estruturas, ainda necessárias no meio rural para apoio à agricultura. Destacam-se as duas primeiras acções por introduzirem regimes de incentivos, à diversificação na pequena agricultura, permitindo um acesso mais fácil às ajudas financeiras às pequenas explorações agrícolas, e à produção de produtos agro-alimentares de qualidade (produtos com marcada vinculação ao território ou ao saber-fazer tradicional com denominação de origem protegida) produzidos ou não nas explorações agrícolas.

A acção 7 *Valorização do ambiente e património rural* tem objectivos mais abrangentes: preservar e valorizar a identidade dos pequenos aglomerados rurais, melhorar a sua atractividade e potenciar o seu desenvolvimento económico e social; melhorar a qualidade de vida e de bem estar da população rural; aproveitamento dos recursos naturais e da paisagem para fins económicos, sociais e de lazer; requalificação ambiental em áreas de interface com as explorações agrícolas e as agro-industriais.

A acção 8 *Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural*, tem como objectivo incentivar e apoiar iniciativas locais de desenvolvimento da agricultura e dos territórios rurais, com vista ao aproveitamento eficaz e integrado dos diversos instrumentos de política disponíveis. Procura-se ensaiar nesta acção a coordenação, a nível de um território rural ou freguesia agro-alimentar, dos diversos instrumentos de política.

Para um Alentejo melhor

A aplicação das acções que constituem a Medida AGRIS vão certamente contribuir para a melhoria das condições de vida no meio rural e para a modernização da agricultura, isto é, para um Alentejo Melhor.

Da aplicação da Medida AGRIS do Alentejo espera-se que: ao apoiar a construção, reabilitação e modernização de infra-estruturas, permita contribuir para minorar as carências ainda existentes, no Alentejo, quer no que respeita a electrificação quer às acessibilidades, contribuindo não só para o desenvolvimento da agricultura, mas também para a melhoria das condições de vida das populações no meio rural; numa região que se caracteriza, pela carência de água disponível para rega das culturas, possa ao intervir quer na melhoria dos regadios já existentes, no sentido de rentabilizar ao máximo um recurso escasso como é a água, quer através da criação de novos empreendimentos contribuir para aumentar as áreas de regadio; permitindo um acesso mais fácil às ajudas financeiras à diversificação na pequena agricultura e desenvolvimento dos produtos de qualidade, possa contribuir para a criação de uma base económica sustentável, em áreas rurais que possibilitem inverter a tendência actual de diminuição sistemática da população residente; através de intervenções integradas seja possível a melhoria das condições de vida das populações de alguns aglomerados rurais, seja pela possibilidade de usufruírem de melhores equipamentos colectivos, quer pela dinamização da sua actividade económica; seja possível contribuir para o reforço do associativismo agro florestal e criar serviços de apoio técnico e de gestão.

A adesão à Medida AGRIS, no Alentejo, considera-se como normal, pois estão actualmente aprovados 1070 projectos que representam um compromisso de cerca de 50% do montante disponível para o período de vigência do III QCA (2000-2006).

Apesar, da importância que se reconhece à Medida para o Alentejo, também se considera que a mesma pode ser melhorada, corrigindo alguns aspectos relativos às condições de acesso às acções e principalmente através da agilização de todo o processo de gestão.

Luis Telo Rasquinho de Abreu
Coordenador da Medida AGRIS Alentejo
Director Regional da Agricultura do Alentejo

AGRIS Beira Interior

Tendo como estratégia o desenvolvimento agrícola e florestal, a Medida AGRIS engloba um conjunto diversificado de apoios que visam incentivar uma sólida aliança entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, mediante a concretização de um conjunto de objectivos em que se destacam o incentivo à multifuncionalidade das explorações agrícolas, a promoção da qualidade e da inovação da produção, o reforço da organização e iniciativa de associações de agricultores e a valorização do potencial específico dos territórios rurais.

Inserida no PO Centro, a Medida AGRIS, no que à Beira Interior diz respeito, dispõe de um envelope financeiro de cerca de 110 milhões de euros de despesa pública, cujas taxas de aprovação e execução relativas à programação de 2000-02 se situam neste momento em 103 % e 39 %, respectivamente, abrangendo um conjunto de 2 460 projectos aprovados, traduzido num investimento de cerca de 70 milhões de euros.

Embora a Medida AGRIS constitua um instrumento de política complementar de outros no âmbito da política agrícola e de desenvolvimento rural, nomeadamente o AGRO, o RURIS, o seu peso na concretização dos objectivos dessa política é relevante, quer pelos montantes financeiros envolvidos, quer sobretudo pelo modelo de gestão subjacente e pelas acções concretas que apoia.

De facto, a Medida AGRIS tem como base um modelo de gestão desconcentrado e assenta numa relação muito estreita entre os beneficiários e a estrutura de gestão. Por outro lado, a concepção das linhas de acção obedeceu a um conjunto de critérios de programação em que sobressai a necessidade de dar resposta aos problemas reais da agricultura e das populações rurais.

A acção *Diversificação na Pequena Agricultura*, com mais de 1 500 projectos aprovados, traduz esta tentativa de adaptação das políticas e dos instrumentos de política à realidade agrária da Beira Interior, mostrando claramente que existe um conjunto muito vasto de explorações agrícolas em que os pequenos investimentos constituem um elemento essencial de valorização e diversificação da sua actividade. Esta acção, como instrumento emblemático da Medida AGRIS dirige-se sobretudo à melhoria das condições de trabalho de um conjunto de explorações agrícolas de carácter familiar, cujo objectivo prioritário não se dirige à sua sobrevivência competitiva, mas sobretudo à contribuição que se espera proporcionem à manutenção de um tecido rural com um mínimo de atratividade.

O restante conjunto de instrumentos constituintes da Medida AGRIS apresenta no seu geral uma linha de continuidade em relação aos Quadros Comunitários anteriores. O esforço de investimento na requalificação de infra-estruturas do regadio, electrificações e caminhos agro-rurais é significativo. Do mesmo modo se salienta o esforço no apoio aos produtos de qualidade, distinguidos com menções, e associadas ao território e saber fazer tradicional da Beira Interior, nomeadamente as Denominações de Origem Protegida (DOP) associadas ao queijo e azeite.

Dar resposta aos problemas reais da agricultura

Saliente-se ainda a introdução na Medida AGRIS de duas acções, que pelo seu carácter inovador, se espera, venham a proporcionar alterações significativas no modo de abordagem da utilização dos instrumentos de apoio ao sector na Região. Referimo-nos às acções *Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas* e *Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural*. No primeiro caso, o grau de adesão já verificado na Beira Interior, permite-nos acalentar algumas expectativas na ultrapassagem de alguns dos estrangulamentos da nossa floresta, sobretudo a inexistência de gestão e lógica empresarial associada à exploração dos povoamentos. Relativamente à segunda acção, já estão em desenvolvimento candidaturas em áreas consideradas estratégicas (de que é exemplo o olival) visando o aproveitamento integrado dos apoios disponíveis e cujo êxito e efeito demonstrativo se espera vir a aplicar a outros sectores.

Com distintos ritmos de execução operacional, as várias acções estão totalmente disponibilizadas, verificando-se uma procura elevada, tendo em alguns instrumentos superado os objectivos programados, como é o caso da acção de Diversificação na Pequena Agricultura. Tem sido um forte desafio tentar corresponder às expectativas dos agricultores, analisando e propondo para decisão, em tempo, o maior número possível de candidaturas. Espera-se assim que as oportunidades de desenvolvimento nas suas variadas facetas, criadas com a Medida Agris na região agrária da Beira Interior, sejam aproveitadas na sua plenitude, proporcionando condições para que a agricultura e o mundo rural se possam considerar parceiros de pleno direito e de futuro.

José Martins de Carvalho
Coordenador da Medida AGRIS Beira Interior
Director Regional da Agricultura do Beira Interior

1º Colóquio sobre Fauna e Flora dos Montados

Uma melhoria de conhecimento das problemáticas que atingem o montado, a garantia de uma aposta na investigação nesta área, e a certeza da continuidade com a organização de um próximo colóquio, foram os três principais destaques do “1º Colóquio sobre a Flora e Fauna dos Montados”, que decorreu entre 27 e 29 de Setembro, no Auditório Cine-Granadeiro, em Grândola.

Contando com a presença de 240 participantes, registados ao longo dos três dias de colóquio, que puderam assistir a três grandes conferências plenárias, subordinadas aos temas Biodiversidade, Estrutura e Funcionamento do Ecossistema, e Gestão, o colóquio foi organizado pela Associação Terras Dentro, Centro de Biologia Ambiental da Universidade Nova de Lisboa, ERENA e Câmara Municipal de Grândola, e contou com o apoio do programa Life - Projecto Montado, no âmbito da parceria Pró Montado.

A preservação da biodiversidade do montado, tendo em atenção as questões de sustentabilidade, concentraram as intervenções do colóquio. Face ao progressivo despovoamento das áreas rurais assiste-se a uma redução de mão-de-obra. A sua substituição por maquinaria cada vez mais pesada e o descorticeamento excessivo conduziram as árvores a estados de stress ecológico. Em paralelo, o ecossistema tem sofrido pressões antropogénicas de diversa natureza - urbanização, poluição, uso intensivo do solo - e o declínio do montado ameaça vastas áreas destas regiões rurais.

Em resposta a alguns destes problemas, Margarida Santos Reis, do Centro de Biologia Ambiental, e uma das organizadoras do colóquio, assinalou, as conclusões do evento, cinco questões relevantes: a ausência de indicadores, a abordagem de qual o “mosaico óptimo”, o efeito das práticas de desmatagem de matos na biodiversidade e qualidade da cortiça, a integração de outros factores abióticos, e a avaliação do modelo silvícola de novos montados.

Conhecer o montado em defesa da biodiversidade

Reconhecida a falta de padronização de métodos ou o “défice de indicadores, especialmente dos níveis do solo ou da doença dos sobreiros”, de acordo com Margarida Santos Reis, durante o colóquio, as “maiores lacunas identificadas estão na Estrutura e Funcionamento do Ecossistema”, e também na análise dos “efeitos das práticas de gestão”.

Em complemento desta abordagem, Nazaré Correia, da Associação Terras Dentro (ATD), salientou o enquadramento destas iniciativas no âmbito do trabalho da associação. “Como o principal objectivo da Terras Dentro é o desenvolvimento das zonas rurais, era essencial incluir as questões relacionadas com o montado e com a biodiversidade”. Esta intervenção contempla, em simultâneo, o propósito de “garantir a sustentabilidade de bens e serviços que lhe estão associados”, e que tinham um importante peso na economia local. Em hora de balanço, que se considerou positivo, a técnica da ATD garantiu que a associação assume a “responsabilidade da parceria, para a realização de um 2º Colóquio, e a divulgação dos dados deste”.

Enquanto o 2º Colóquio não conhece a luz do dia, a Associação Terras Dentro deixou em aberto o convite para a participação na III Feira do Montado, que terá lugar em Portel, entre 27 de Novembro e 1 de Dezembro, e que também se enquadra no âmbito da parceria Pró Montado, com o apoio do programa LEADER+ e Câmara Municipal de Portel, e com organização da ATD.

João Limão



Paula Matos dos Santos

Comunicar para Valorizar

A ADER-SOUSA, como parceira de desenvolvimento no projecto Convergências – Comunicar para Valorizar, viu aprovada a sua candidatura à Iniciativa Comunitária EQUAL (Eixo 2.2.1 Qualificação das Organizações e dos Profissionais da Economia Social).

A parceria assenta no funcionamento de um Fórum de Intervenções Cívica e Solidária, através de duas redes nacionais - a das Associações de Desenvolvimento Local (ANIMAR) e das Caritas Diocesanas (Caritas Portuguesas) - que se propõe intervir essencialmente na procura, recolha, criação, difusão e avaliação de caminhos para actuações de “boas práticas” inovadoras na área da inclusão social e económica, permitindo às associações e iniciativas de desenvolvimento local adquirir maior capacitação nas suas intervenções para a inclusão social dos públicos mais desfavorecidos, e às instituições de solidariedade social reforçar as suas perspectivas e competências em domínios ligados à inserção pela actividade económica.

O Projecto nasce da constatação da existência de barreiras que limitam o alcance das intervenções para a inclusão social e económica dos grupos mais desfavorecidos nos meios rurais e (sub) urbanos em Portugal.

No passado dia 27 de Setembro, teve lugar nas instalações da ADER-SOUSA uma reunião com a equipa técnica permanente do Projecto para a apresentação geral do projecto e a assinatura do Termo de Aceitação da Decisão de Aprovação.

Realizar oficinas regionais (para fomento de redes locais), participar nos encontros de formação de dinamizadores, efectuar um levantamento das instituições e grupos para a inclusão social, realizar um estudo dos recursos e debilidades locais, e apoiar a iniciativas locais de animação dos pólos, são as actividades pelas quais a ADER-SOUSA ficou responsável nesta reunião onde também ficaram definidas três acções de formação para dinamizadores (monitoragem do projecto, formação no âmbito do diagnóstico e da comunicação).

Brevemente, a ADER-SOUSA irá organizar uma Oficina Temática para apresentação do projecto às entidades do seu território que trabalham na área da inclusão social.

ADER-SOUSA

II Feira Regional de Economia Solidária e IV Festival de Sopas

A II Feira Regional de Economia Solidária, realizada nos dias 11, 12 e 13 de Outubro de 2002, na Casa de Saúde de S. Miguel, na Fajã de Baixo, em Ponta Delgada, foi um sucesso; quer pela organização, pelo número de expositores, pela afluência de público (cerca de três mil visitantes), quer pela divulgação das associações e respectivas actividades promovidas, quer ainda em termos culturais, recreativos e comerciais. O certame abriu com o colóquio "Açores: Novas Estratégias de Inserção", que foi presidido pelo Director Regional da Solidariedade e Segurança Social e contou com a participação de ilustres palestrantes do Continente e de S. Miguel, e no qual foram abordados temas como as "Novas estratégias de inserção privilegiando o económico como factor de inserção de empresas para pessoas em risco de exclusão social", a "Importância das tradições locais como factor de integração e identificação social" e o "Projecto como instrumento de intervenção social ligado à estratégia de desenvolvimento local".

Os principais objectivos da Feira - integrar pelo trabalho populações socialmente desfavorecidas e/ou com necessidades especiais e/ou riscos de exclusão, promover uma mostra de produtos de Economia Solidária dos Açores, contribuir para uma relação recíproca e saudável entre os cooperantes da Cresaçor e a população envolvente em geral, contribuir para a fixação das populações rurais, criar um atractivo programa de animação turística/dinamização da freguesia da Fajã de Baixo, promover actividades desportivas saudáveis, promover hábitos alimentares saudáveis, oferecer à população em geral a possibilidade de usufruir de espectáculos musicais tradicionais, teatro de rua, desfiles etnográficos, e dar continuidade a um conjunto de iniciativas que promovem a Cresaçor e a região - foram integralmente cumpridos.

Entre investimento em imobilizado, material de divulgação, publicidade, actividades de animação cultural/musical/recreativas viagens e estadas e prestações de serviços diversos, o montante global de investimento da iniciativa, co-financiada pelo Programa LEADER+, através da ARDE - Associação Regional

para o Desenvolvimento, no valor de 77% do total do investimento, rondou os 58.665,08 Euros. E embora sem o apuramento do saldo final, as receitas alcançadas estimam-se na ordem dos 7500 Euros.

Desta forma, quer para a Cresaçor - Cooperativa Regional de Economia Solidária, quer para os seus associados, o balanço desta II Feira Regional de Economia Solidária é muito positivo; em termos de inclusão das suas populações-alvo, no cimentar das relações entre associados, na promoção de projectos de índole marcadamente relacionada com as artes e ofícios tradicionais, na promoção e comercialização dos produtos resultantes da economia solidária e na promoção de actividades culturais e recreativas como forma de abertura à comunidade envolvente.

Dado o sucesso do evento, encontra-se já em fase de planeamento estratégico a realização da III Feira Regional de Economia Solidária e V Festival de Sopas, a realizar em 2003.

CRESAÇOR

(um dos promotores da iniciativa e associado da ARDE)

IV Festival de Sopas

A edição deste ano do Festival de Sopas contou com a participação de 43 concorrentes, entre profissionais do sector da restauração e particulares, que assim vêm possibilitando a prova de saudáveis e aromáticas sopas pelos visitantes do evento.

Este ano, a sopa vencedora foi a "Sopa do Espírito Santo", da Casa de Saúde de S. Miguel.

Primeiros contratos LEADER+ na ADERES

A ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul vai assinar, no próximo dia 31 de Outubro de 2002, nove contratos de Concessão de Apoios Financeiros para igual número de projectos, cujo investimento global ascende a 282.826,05 Euros (271.155,91 Euros de investimento elegível, 145.333,70 Euros comparticipação LEADER+ e 125.823,20 Euros de financiamento privado ou da administração local).

Os promotores são quatro autarquias, uma associação de solidariedade social, um rancho folclórico, uma empresa privada e duas pessoas singulares. Os investimentos são múltiplos: vão desde a informatização e automatização de uma empresa de reparações automóveis, a construção e adaptação de instalações desportivas e da sede de um rancho folclórico, até à conservação do património e criação e modernização de serviços de proximidade.

Para o coordenador da ETL da ADERES, José Armando Serra dos Reis, este será o primeiro acto material depois do arranque do LEADER+, realizado no passado dia 7 de Maio com a participação de meia centena de parceiros que integram o GAL LEADER+. Desde que a ADERES abriu o período de candidaturas para investimentos de 2002, e que decorreu de 7 de Maio a 7 de Agosto, entraram na associação 42 candidaturas, das quais sete são projectos internos e 35 são de promotores externos, nove foram aprovadas, duas foram reprovadas e 23 encontram-se em análise, devendo o Conselho de Gestão emitir o seu parecer até ao final do ano. O PDL LEADER+/ADERES tem um investimento global de 3.573.726,00 Euros, encontrando-se já afectado um investimento global de 786.577,05 Euros, com um cofinanciamento LEADER+ de 523.146,95 Euros.

ADERES

III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro

Mercê da sua situação geográfica, a região de Trás-os-Montes e Alto Douro cresceu ao longo dos séculos num grande isolamento dos centros de decisão, designadamente do poder político em Lisboa e com uma ligação de sujeição ao grande centro económico que constituía o Porto. O mesmo isolamento geográfico permitiu a Trás-os-Montes desenvolver uma cultura e uma identidade muito próprias que fazem dele uma das matrizes mais importantes da cultura portuguesa.

Consciente do seu isolamento, a população transmontana sempre se posicionou face ao Estado de uma forma simultaneamente de independência e de sujeição. Altivos e distantes, os transmontanos sempre afirmaram que “para lá do Marão mandam os que lá estão”. Mas sempre tiveram esperança que um dia, um dos seus filhos no domínio do poder, pudesse atribuir a Trás-os-Montes as benesses a que se sentem com direito. Queixam-se por isso do esquecimento a que são votados e reivindicam permanentemente a atenção.

A sociedade transmontana está a mudar. O ensino universitário e um novo surto de industrialização trouxeram quadros e ideias novas. As acessibilidades entretanto criadas aproximaram Trás-os-Montes do mundo. O Douro, para lá de solar de um produto único, passou a ser património mundial. Trás-os-Montes está a mudar e os transmontanos também. Talvez isso tenha motivado fortemente o lançamento do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Seis décadas depois do II e após um longo período de gestação em que os protagonismos locais se degladiaram, o Congresso encontrou guarida na cidade de Bragança, sob a coordenação da Associação dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro (AMTAD), da Federação das Casas de Trás-os-Montes e da Câmara Municipal.

Três dias para discutir as questões da identidade e cidadania

Ao longo de três dias, 26, 27 e 28 de Setembro, centenas de transmontanos debateram as questões da sua região. Começaram por discutir “Quem somos?”, pensaram o “Território” e a “Cultura”, falaram sobre “Novas oportunidades e soluções empresariais para a região” e sobre “Sistemas urbanos e coesão regional”, para acabarem a debater a “Formação e qualificação dos Recursos Humanos”.

Um sem número de notáveis da região marcaram presença. De fora vieram transmontanos da diáspora. E o poder central, a eterna Lisboa do nosso esquecimento, fez-se presente com o peso das promessas.



Francisco Salinho

Pelo Congresso passaram o Ministro da Ciência e do Ensino Superior, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, o Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, o Secretário de Estado da Habitação, o Ministro das Cidades e do Ordenamento do Território, o Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e Habitação. Para além do Primeiro Ministro a quem coube a abertura do Congresso e do Presidente da República, que fez o seu encerramento.

Perante o Poder, os transmontanos – como há 60 anos, no II Congresso – queixaram-se do esquecimento a que são votados e reivindicaram infra-estruturas e financiamentos. Como há 60 anos, do Poder central vieram promessas que não agradaram porque repetidas de há anos a esta parte. E deste III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro ficará para o futuro a visibilidade pública da região pelo prazo de três dias. O tempo dirá se dele irá ficar uma maior coesão regional e uma nova vontade de afirmação dos transmontanos.

Veremos se são precisos mais seis décadas para renovar a fé dos transmontanos num futuro promissor...

F.B.

II Seminário Ambiental do Alto Alentejo



LEADERSOR

Realizou-se nos passados dias 3 e 4 de Outubro, no Auditório do Pavilhão de Feiras e Exposições de Mora, o II Seminário Ambiental do Alto Alentejo. Subordinado ao tema “Recursos Naturais e Turismo por um Desenvolvimento Sustentável”, o evento que contou com a presença de várias individualidades (nomeadamente do Secretário de Estado do Ambiente) teve como objectivo demonstrar a compatibilidade entre a existência de recursos naturais e valores ecológicos e o usufruto das regiões.

Em ano internacional do Ecoturismo e, em época de grande polémica sobre a protecção dos recursos naturais, a ecologia e o ambiente, é importante o seu confronto com um adequado e eficiente aproveitamento turístico. É

importante consciencializar as pessoas e os agentes económicos e sociais, que o turismo é um das “armas” fundamentais para a preservação e protecção do meio ambiente e da paisagem, contribuindo para um desenvolvimento sustentável das regiões.

Paralelamente ao seminário, realizou-se a 1ª Alentejo Ambiente (Alentejo Ambiente 2002). O certame, organizado pela NATURSOR – Associação Ambiental do Alto Alentejo, contou com uma série de apoios, entre os quais o Programa LEADER+ e a Câmara Municipal de Mora, destinou-se à exposição de equipamentos e serviços relacionados com o Ambiente, Recursos Naturais e Turismo. A Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Alentejo, o Instituto dos Resíduos, as Câmaras Municipais de Mora e Gavião e várias associações locais, foram algumas das presenças nesta primeira edição da Alentejo Ambiente.

LEADERSOR

Magna Mater Workshops de artesanato

Magna Mater – Workshops de artesanato foi um projecto que pretendeu enaltecer a contribuição do design como meio de valorização do artesanato, na perspectiva de promover encontros de trabalho entre artesãos locais e alunos finalistas/designers da Universidade de Aveiro.

Foram realizados dois encontros descentralizados nas Ilhas do Faial e S. Miguel (Concelho de Lagoa), entre os dias 16 e 26 de Setembro, reunindo designers e artesãos locais que em conjunto desenvolveram propostas inovadoras de artefactos que aliam as tecnologias tradicionais às novas exigências dos mercados contemporâneos. As artes trabalhadas foram a cerâmica e o bordado a matiz em S. Miguel, e o bordado a palha, tecelagem e as rendas no caso da ilha do Faial.

No final dos trabalhos, realizou-se uma sessão pública, no dia 28 de Setembro na Horta, reunindo os participantes dos dois núcleos do Workshop, onde foram apresentados os trabalhos desenvolvidos e os resultados atingidos pela troca de experiências, bem como a avaliação da possibilidade da extensão do projecto a outras regiões do país e a diferentes actividades artesanais.

No encontro, onde estiveram presentes, para além dos alunos da Universidade de Aveiro, um representante de cada entidade participante no Workshop de S. Miguel (com excepção da Cerâmica Vieira e Centro Social e Cultural de Santa Cruz) o coordenador do PPART - Comissão Nacional para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, a coordenadora e as técnicas do Centro Regional do Apoio ao Artesanato, equipas técnicas da ASDEPR e ADELIAÇOR, a Direcção Regional do Turismo, designers dos Açores, bem

como toda a equipa de trabalho do Workshop que decorreu no Faial, foi possível constatar as novas funcionalidades de antigos riscos em novos desenhos ou novas técnicas, certamente geradoras de maior diversidade e versatilidade na oferta artesanal de todos os que colaboraram neste projecto.

Para a gestão do projecto foi estabelecido um protocolo de cooperação técnico-financeiro (apresentado na reunião de Direcção do dia 6 de Agosto de 2002) entre a Secretaria Regional da Economia - Centro Regional de Apoio ao Artesanato, o PPART, a ASDEPR - Associação Para o Desenvolvimento e Promoção Rural e a ADELIAÇOR - Associação Para o Desenvolvimento Local das Ilhas dos Açores.

Para o parceiro PPART, o projecto Magna Mater é um projecto pioneiro a nível do país, tendo a relação designer/artesão estabelecida sido de tal forma profícua que se espera a sua transferibilidade para outros materiais e regiões, sendo certa a divulgação dos trabalhos criados através de exposições futuras na região e no continente.

Por outro lado, as entidades que acolheram a iniciativa, manifestaram interesse em reproduzir algumas das peças criadas, bem como utilizar as embalagens e as etiquetas propostas pelos alunos.



ASDEPR

ASDEPR

Interior'02 promoveu a Cova da Beira



Paula Matos dos Santos

A Rude – Associação de Desenvolvimento Rural esteve presente com um stand promocional do seu trabalho em prol do mundo rural na Interior'02 - 1ª Feira de Actividades Económicas do Fundão - que decorreu de 4 a 6 de Outubro, no Pavilhão Multiusos daquela cidade.

Tendo sido abordadas essencialmente duas componentes - a empresarial, com a presença de expositores de vários sectores de actividade, e a promocional - com a promoção dos produtos locais e regionais, desde vinhos, enchidos, doces, etc., a Interior '02 contribuiu para a dinamização do desenvolvimento da região, promovendo quer as empresas, os produtos e os serviços, quer as potencialidades da região.

Organizado em parceria pela Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão e Câmara Municipal do Fundão, o certame recebeu ainda diversos espectáculos musicais e um desfile etnográfico.

RUDE

III Festival de Sopas da Serra da Estrela

A ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela realiza no próximo dia 10 de Novembro o III Festival de Sopas da Serra da Estrela. Integrado na Feira e Cultura de S. Paio, o Festival, cuja 1ª edição fez parte de um conjunto de eventos promovidos pela ADRUSE com o apoio do LEADER II, pretende divulgar e valorizar os produtos locais utilizados como ingredientes, recuperar receitas antigas (muitas vezes esquecidas) e preservar o verdadeiro património que é a cozinha tradicional da Serra da Estrela.

Constituindo uma promoção e valorização turística da região, o III Festival de Sopas da Serra da Estrela, financiado pela AIBT/Serra da Estrela, tem por principal objectivo premiar e divulgar receitas de sopas.

Este ano, vão participar no concurso concorrentes dos concelhos da zona de intervenção da ADRUSE (Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia,

Manteigas e Seia), repartidos por três escalões (1º Sopas de Castanhas, 2º Outro tipo de Sopas, 3º Profissionais da Restauração). A melhor sopa do festival receberá o prémio mais ambicionado mas todos os escalões serão igualmente premiados.

A título de curiosidade, refira-se que o grande vencedor da última edição foi um grupo de formandos do curso de cozinha do Centro de Emprego e Formação Profissional de Seia com uma Sopa de Perdizes com Castanhas.

Este S. Martinho, pelas sopas ou para passar um fim-de-semana diferente, vale a pena visitar e conhecer os saberes e sabores da Serra da Estrela.

ADRUSE

XXII Festival Nacional de Gastronomia
15 de Outubro a 3 de Novembro

De 15 de Outubro a 3 de Novembro, Santarém é a capital da gastronomia nacional. O certame - que leva milhares de pessoas todos os anos a Santarém - abre este ano com uma prova de produtos tradicionais de algumas das confrarias gastronómicas portuguesas e a apresentação do livro das Confrarias Gastronómicas Portuguesas. Isto no dia 15 de Outubro, já nos dias seguintes, a escolha será mais difícil... A presença de dezenas de tasquinhas e restaurantes de todo o país irão causar alguma dificuldade de escolha... Principalmente se for um "bom garfo", como se costuma dizer...

Horário e contactos:
De 2ª a 6ª e vésperas de feriados
das 12 às 16 horas e das 19 às 24 horas
Sábados, Domingos e Feriados das 12 às 24 horas

Região de Turismo do Ribatejo
Telf.: 243 330 330
E-mail: regio.ribeatejo@net / info@tribatejo.org

XXVII Feira Nacional do Cavalo
1 a 3, 6 a 11 de Novembro

Inicialmente ligada às festas em honra de São Martinho (santo padroeiro dos cavaleiros), a Feira da Golegã é, hoje em dia, uma das mais conhecidas e importantes feiras que se realizam no nosso país. A edição deste ano, para além da presença dos criadores dos melhores puro-sangue "Lusitano" criados no país, oferece um programa cheio de concursos hípicas, exposições equestres e outras actividades a ele ligadas. Apresentar o cavalo Lusitano, chamando a atenção para as suas qualidades é, de resto, o principal objectivo desta feira cuja história começou a ser escrita em meados do século XXVIII e que junta, todos os anos, milhares de pessoas, entre criadores, aficionados ou meros curiosos.

Contactos
Secretariado da Feira Nacional do Cavalo
Telf.: 249 976302

**Desenvolvimento Sustentado,
Segurança e Direitos Humanos**
4 e 5 de Novembro

Especialistas nacionais e estrangeiros reflectem sobre as temáticas da segurança, direitos humanos e sustentabilidade. Uma iniciativa do Instituto Marquês de Valle Flôr e da Oikos - Cooperação e Desenvolvimento no âmbito do projecto da revista on-line Forum DC, a decorrer na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Para saber mais, contactar
Instituto Marquês de Valle Flôr
E-mail: valle.flor@mail.telepac.pt
Oikos
E-mail: oikos.sec@oikos.pt

I Congresso do Turismo de Portugal
4 e 5 de Novembro

Debater a situação do turismo português e antecipar a sua evolução já para o ano 2003 são alguns dos objectivos do I Congresso do Turismo de Portugal, a decorrer nos dias 4 e 5 de Novembro no Centro de Congressos do Estoril. Uma organização da Confederação do Turismo Português (CTP).

Para mais informações, contactar
CTP
Telf.: 218 110 930

Congresso Internacional de Ecoturismo
5 a 8 de Novembro

Vai realizar-se de 5 a 8 de Novembro, em Alcanena, o Congresso Internacional de Ecoturismo. A ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte é um dos parceiros da organização deste evento que assinala 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo.

Mais informações em
www.ecoturismo2002.com
ADIRN
Telf.: 249 310 040 / E-mail: adirn@mail.telepac.pt

V Feira da Castanha da Terra Fria
10 de Novembro

A 5ª edição da Feira da Castanha da Terra Fria realiza-se dia 10 de Novembro, na aldeia de Terroso, freguesia de Espinhosela, concelho de Bragança. Promovida pela Junta de Freguesia de Espinhosela em parceria com a Corane - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste, Parque Natural de Montesinho e Associação de Produtores de Castanha do Nordeste Transmontano, esta feira tem por principal objectivo promover e divulgar a castanha da Terra Fria. Do programa da feira consta, para além da exposição e venda da castanha e outros produtos locais, a realização de concursos para a melhor castanha das variedades Longal e Judia, concurso de doces de castanha e mel, e muita animação.

Mais informações, contactar
Corane
Telf.: 273 332 925 / E-mail: corane@ip.pt

Terra Sã 2002
Feira de Agricultura Biológica, Ambiente e
Qualidade de Vida
8, 9 e 10 de Novembro

Agricultura biológica, plantas medicinais, hortas pedagógicas, energias renováveis, artesanato ecológico, palestras e muita animação é o que promete a 15ª edição da Terra Sã. Uma organização da Agrobio - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, que decorre de 8 a 10 de Novembro, na Fundação de Oeiras.

Para saber mais, contactar
Agrobio
Telf.: 21 364 13 54
www.agrobio.pt

13ª Feira do Mel e da Castanha
9 e 10 de Novembro

A actividade apícola pratica-se desde tempos imemoriais nas montanhas e vales da Serra da Lousã e concelhos limítrofes. O Mel da Serra da Lousã - um mel de cor âmbar escuro quase negro e um paladar intenso - goza da Denominação de Origem Protegida (DOP) sendo, por isso, um produto tradicional que se distingue no mercado.

Conhecer um pouco mais acerca da história deste mel, que se apresenta com uma nova imagem no mercado e, quem sabe, prová-lo é o convite da Dueceira para esta Feira do Mel e da Castanha, a decorrer na Nave de Exposições da Lousã, nos dias 9 e 10 de Novembro.

Para saber mais, contactar
Dueceira-ELOZ Entre Lousã e Zêzere
Telf.: 239 995 268 / E-mail: dueceira.eloz@mail.telepac.pt

11ª Festa da Vinha e do Vinho
9 a 17 de Novembro

A 11ª edição da maior festa do concelho de Borba já tem data marcada e programa. De 9 a 17 de Novembro regressam a Borba os grandes espectáculos, as provas desportivas, as tasquinhas e os petiscos que juntam centenas de participantes.

Mais informações em
www.cm-borba.pt

**Áreas de Montanha: Sistemas produtivos,
mercado e desenvolvimento**
20 de Novembro

No âmbito da Quinzena de Ciência e Tecnologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, acontecerá no Auditório de Geociências da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Quinta dos Prados, Vila Real, dia 20 de Novembro o seminário "Áreas de Montanha: Sistemas produtivos, mercado e desenvolvimento". Mais uma iniciativa que pretende assinalar o Ano Internacional da Montanha que este ano se comemora.

Para saber mais, contactar
UTAD
Telf.: 259 350 000
www.utad.pt



Paula Melo dos Santos

Feira de projectos transnacionais LEADER
21 e 22 de Novembro

Realizar-se-á em Cork, na Irlanda, estando já prevista a presença de algumas ADL portuguesas. Do programa, destaque para os 14 workshops temáticos que irão acontecer nos dois dias do evento. Turismo, produtos locais, ambiente, novas tecnologias, formação e educação, cooperação Norte/Sul, são alguns dos temas propostos.

Mais informações em
<http://www.eurospeakireland.org/projectfair.html>

I Jornadas de Culturas e
Utilizações Alternativas
27 e 28 de Novembro

Plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, frutas e legumes, fibras e óleos, Apoios e Políticas, Biomassa e biocombustíveis e Biocidas são alguns dos painéis que dão corpo a estas Jornadas organizadas pela Associação Portuguesa de Estudantes de Agricultura da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Contactos
Telf./Fax: 259 350 467 / E-mail: apea@utad.pt

III Feira do Montado
27 de Novembro a 1 de Dezembro

A Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro-regiões Rurais e a Câmara Municipal de Portel promovem pelo terceiro ano consecutivo a Feira do Montado - evento de âmbito regional que pretende promover esta temática de importância estratégica nacional.

Colóquios temáticos, demonstrações técnicas, exposições, concursos e animação são algumas das actividades previstas no âmbito deste certame a acontecer em Portel, e que contará com o apoio do LEADER+/Terras Dentro.

Para mais informações, contactar
Terras Dentro
Telf.: 266 948 070 / E-mail: atd@terrasdentro.pt

II Congresso Internacional
sobre a situação da Rede Natura 2000
5 a 8 de Dezembro

Analisar o actual estado de aplicação das Directivas Aves e Habitats nos países mediterrânicos da UE, promover o levantamento das dificuldades encontradas na conservação dos valores naturais e apresentar casos exemplares de sucesso na conservação de sítios classificados, são os principais objectivos deste congresso que se realizará em Lisboa, de 5 a 8 de Dezembro. Uma organização da LPN - Liga para a Protecção da Natureza.

Para mais informações, contactar
LPN
Telf.: 21 778 00 97 / E-mail: lpn.natureza@mail.telepac.pt
<http://www.lpn.pt>



Roteiro Agrobiotour
Ader-Sousa, Asdepr, Gal Eloro, Terre del Sosio; ADER-SOUSA, 2002

Com o apoio do Programa LEADER II

Percorrer as Terras de Sousa (Entre-Douro e Minho), a ilha de São Miguel (Açores) e grande parte da Sicília (Itália) é a proposta deste Roteiro ao apresentar um conjunto de itinerários turísticos absolutamente irresistíveis.

A publicação, trilingue (Português, Inglês e Italiano), num formato acessível para levar na mala, abre com uma breve descrição do projecto que lhe dá origem - Projecto Agrobiotour - avança para a apresentação das associações envolvidas e respectivos territórios de intervenção, dá a conhecer os produtores dessas regiões, propondo uma série de itinerários enogastrónomicos e termina com a apresentação do calendário das produções biológicas. O resultado é uma viagem por estas quatro regiões que permite descobrir não só uma variedade de produtos e culturas agrícolas, mas também as belezas arquitectónicas e naturais desses mesmos territórios.

Para além da publicação deste roteiro, o projecto - uma cooperação entre quatro associações gestoras do Programa LEADER II Ader-Sousa, Asdepr (Portugal), Gal Eloro e Terre del Sosio (Sicília, Itália) - também engloba a construção de um site, a realização de mostras e feiras internacionais e a criação de uma rede internacional de produções biológicas, típicas de cada região, entre outras acções. O grande objectivo é promover as produções biológicas de forma a ajudar o escoamento destes produtos, estabelecendo uma estratégia de mercado.



Guarda e o seu Património
Pró Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, 1998

Com o apoio do Programa LEADER II

Dar a conhecer o património das 56 freguesias que compõem o concelho da Guarda, é o que propõe este pequeno livro editado pela Pró-Raia com o apoio do LEADER II. Com história anterior à fundação da nacionalidade, o concelho da Guarda fica limitado pela Serra da Estrela e pela Meseta Espanhola, apresentando grandes diferenças no conjunto das suas freguesias.

Uma especificidade, pequenas peculiaridades e curiosidades que fazem desta publicação uma excelente referência bibliográfica que não só dá a conhecer a riqueza e cultura do concelho da Guarda - graças às lindíssimas ilustrações de Gracinda Costa - como também chama a atenção para a necessidade de proteger, salvaguardar e valorizar este património natural, cultural e histórico. Partir à descoberta deste concelho, no prazer de tranquilos passeios pedestres ou mesmo de carro, durante um fim-de-semana ou numas férias mais demoradas, é o desafio que a associação de desenvolvimento da Raia Centro Norte deixa... Os itinerários são múltiplos, mas sair da sede do concelho em direcção ao Castro do Jarmelo, monumento classificado como imóvel de interesse público desde 1953 e identificado como palco dos amores e desventuras de D. Pedro e D. Inês de Castro, poderá ser um bom ponto de partida.



Roteiro das Alminhas do Concelho de Sever do Vouga
Pêgo, Maria Carlos Chieira; Câmara Municipal de Sever do Vouga, s.d.

Com o apoio do LEADER II

As alminhas (almas, cruzinhas, cruzeiros-de-homem-morto, ou cruzeiros das almas - como também são conhecidas) são aqueles monumentos que lembram os que desta vida já partiram... É mais ou menos assim que abre esta publicação editada pela Câmara Municipal de Sever do Vouga, com o apoio do LEADER II, através da Adrimag, Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Gralheira e Arada.

Trata-se de um inventário das alminhas existentes nas nove freguesias do concelho de Sever do Vouga - 275 no total. Resultado de um grande trabalho de pesquisa de campo da arqueóloga Maria Carlos Chieira Pêgo, este Roteiro das Alminhas foi recebido como um importante contributo para a divulgação do património arqueológico e arquitectónico do concelho assim como para a sensibilização e incentivo cultural das gerações futuras.

Para além de uma descrição pormenorizada de um destes monumentos de fé - um dos traços mais característicos da religiosidade portuguesa - as indicações da localização e acesso de cada um deles sugerem uma incursão pelo património cultural de Sever do Vouga, "parcela indivisível da identidade portuguesa".

Cerca de 300 páginas ilustradas por fotografias dos diversos tipos de alminhas inventariadas neste estudo e ainda uma série de referências bibliográficas úteis para quem quiser aprofundar a temática, é o que se pode ainda dizer acerca desta obra com a chancela do LEADER II.

www.ader-al.pt



Entre o Alentejo profundo e as Beiras, o território de intervenção da Ader-al - Associação para o Desenvolvimento em espaço rural do Norte Alentejano, abrange nove concelhos: Arronches, Campo Maior, Crato, Elvas, Marvão, Monforte, Nisa, Sousel e Portalegre (à excepção das freguesias de São Lourenço e Sé).

A associação arrancou em 1996 com apenas três associados mas hoje são mais de duas dezenas as entidades que estão representadas na Ader-al. Na lista, entre os primeiros, está a Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre.

Depois da experiência do LEADER II - o programa que desencadeou a criação da própria associação - a Ader-al viu, em Março do ano passado, homologado o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) para a região de Portalegre. Adoptado como tema forte da estratégia de desenvolvimento deste PDL a *Valorização dos Produtos Locais*, a Ader-al pretende, nesta fase do Programa LEADER, desenvolver medidas colectivas que facilitem o acesso das pequenas estruturas de produção aos mercados. Tudo isto e muito mais em www.ader-al.pt.

www.casasbrancas.pt



Descobrir o Litoral Alentejano - um lugar (...) envolto numa imensidão de mar (...) mas também de terra (...) que o tornam único em cores, cheiros, gentes e história - é o convite lançado aos cibernautas que acedermem ao endereço electrónico www.casasbrancas.pt. Casas Brancas - Associação de Turismo de Qualidade do Litoral Alentejano é uma rede de

turismo constituída recentemente pelo grupo de promotores de iniciativas turísticas envolvidos no projecto Semear promovido pela ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano. A rede rege-se por uma carta de qualidade, à qual foi associado um símbolo - imagem de qualidade das várias iniciativas que a integram - e cada alojamento é diferente e representa a ideia de hospitalidade do seu promotor.

Para além da apresentação dos vários alojamentos que a rede integra, (respectiva localização e contactos), o site das Casas Brancas ainda dá conta de algumas actividades de animação que os turistas poderão tirar partido, como um passeio a pé ou a cavalo por lugares que, de facto, tornam único o Litoral Alentejano.

www.terracha.com.sapo.pt



O sítio da Terra Chã é uma caixinha de surpresas... As pessoas são o ponto de partida de um projecto de turismo de natureza que valoriza os recursos do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Nas primeiras páginas o convite é conhecer um pouco da aldeia de Chãos, onde acontece o processo de desenvolvimento local Terra Chã, e entrar na Terra Chã, uma cooperativa *geradora*

de sinergias, mãe de novos tempos, início de novos voos, criada em Março de 2001, e que tem por objecto a criação de actividades económicas, sócio-culturais e de valorização ambiental, a comercialização de produtos e serviços locais, o apoio à produção e comercialização de artesanato e a concepção, organização e animação de acções de formação profissional e sócio-cultural.

O menu deste sítio remete ainda para as páginas do Centro Cultural de Chãos, uma infra-estrutura construída pelo Rancho Folclórico de Chãos (parceiro da Terra Chã), o restaurante regional Terra Chã - uma outra valência da cooperativa que se afirma pela valorização dos produtos locais (visível na promoção dos pratos serranos), e a Oficina de Tecelagem, recuperada pelo Rancho Folclórico de Chãos entre 1987 e 1995, que visa a preservação e desenvolvimento do artesanato da Serra dos Candeeiros e que está aberta a todos aqueles que desejem conhecer de perto o processo do fio ao tecido. Para rematar, e oferecer o cabaz completo, a Terra Chã dispõe ainda de um centro de alojamento constituído por alguns quartos, uma sala de convívio, bar e restaurante e uma vista magnífica sobre a serra. Irresistível!

Castanha da Terra Fria

Nas mesas da Europa

Crua, cozida, assada, frita, em doces, em sopas, ou como guarnição de alguns pratos, a castanha é, desde tempos imemoriais, um produto de base na alimentação do Homem. Na região da Terra Fria Transmontana, a castanha mantém-se intimamente ligada à sobrevivência das populações rurais com muita importância nos usos e costumes, representando ainda hoje uma importante fonte alimentar.



A castanha (*Castanea sativa*), foi durante muitos séculos um produto de subsistência, destinado a combater a fome das classes mais pobres nas zonas de montanha. Na planície e, ainda mais, nas cidades, o seu consumo entrava muito mais pelo prazer do que pela necessidade, da

gastronomia do que pela fome.

Deixados para trás esses tempos de fome e carência, e com a chegada da batata e do milho à Europa, a castanha perde esse papel de alimento integrador da alimentação quotidiana, em alguns casos de substituição do pão, para assumir outro, mais voluptuário, sem dúvida nutricionalmente marginal, mas nem por isso de tal forma a diminuir o significado alimentar deste fruto saudável e saboroso.

Na região da Terra Fria Transmontana, devido ao clima rigoroso ou por costume sempre se comeu bem, desenvolvendo por isso uma gastronomia rica de grande paladar feita à base de produtos locais.

Hoje, ao castanheiro já não é atribuído o valor de outrora e a sua área está bastante mais reduzida mas mesmo assim, a castanha continua a ser o produto principal. Cada castanheiro pode produzir entre 10 e 90 quilos de castanha, o que significa que de um soute em produção normal, podem-se extrair entre 2 000 e 4 500 quilos de castanha.

O castanheiro vem assim assumindo novamente uma importância relevante na região transmontana, quer como fruteira, quer como espécie florestal, constituindo uma importante fonte de receita para os agricultores da região. Na Terra Fria existem mais de 85 por cento do total da plantação de castanheiro de todo o continente, tendo-se, nos últimos anos verificado um aumento quer de área de soute plantada quer na produção de castanha.

No entanto, esta árvore tem sentido alguns reversos na sua produção, sendo a doença do

cancro do castanheiro, para a qual, de momento, não existem tratamentos práticos e eficazes de combate, uma das maiores ameaças. Em Portugal, a doença foi detectada em 1989 tendo sido identificados mais focos de doença nos anos seguintes. Segundo os professores da Escola Superior Agrária de Bragança, Eugénia Gouveia e Valentim Coelho, a dispersão natural da doença e o incremento das novas plantações de castanheiro mais sensíveis à doença levou a que a situação se agravasse e hoje esteja presente em muitos souts de todo o país.

Na estrada europeia da castanha

Na região da Terra Fria, das diversas variedades de castanha existentes a mais representativa é a da cultivar Longal (mais de 70 por cento). Cor castanha avermelhada, muito brilhante, com estrias escuras longitudinais; forma elíptica alongada, calibre pequeno a médio, muito boa aptidão para o descasque, são principais características desta variedade. Produzida na área geográfica abrangida pelos concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Valpaços, Vimioso e Vinhais, a castanha da Terra Fria goza do selo de Denominação de Origem Protegida (DOP) desde 1996, a área de produção cobre cerca de 110 000 hectares, e a produção anual ronda as seis toneladas, distribuídas por cerca de 6 500 produtores.

A nível nacional, a produção apresenta ligeiras variações, mas pode dizer-se que nos últimos 15 anos tem vindo a aumentar. De cerca de 17 mil toneladas em 1985, a produção de castanha subiu para as 26 mil em 2001. No entanto, e de acordo com Duarte Pires, Professor Adjunto da Escola Superior Agrária e Bragança, o mesmo já não se pode afirmar em relação à exportação. A excepção de 1990, ano em que se verificou uma exportação a rondar as 14 mil toneladas, os valores têm ficado muito aquém das 10 mil toneladas. França e Itália, por serem mercados com maior concorrência, constituem o principal mercado da castanha nacional.

Ainda segundo a mesma fonte, actualmente os dois principais produtores são a Turquia e a Itália. A França, Espanha, Grécia e Portugal aparecem no segundo escalão, não igualando a soma destes quatro a quantidade de qualquer um daqueles dois primeiros.

Tendo consciência da importância da castanha na região, mas também das dificuldades, e para que este produto possa ser um dos motores da economia regional, a CORANE, Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste avançou com um projecto no âmbito do LEADER II.

Um projecto de cooperação transnacional, em parceria com nove GAL de Espanha, França e Itália, visando, por um lado, a promoção e divulgação da actividade e das áreas de produção, de forma a que toda a actividade, bem como a paisagem de souts pudesse constituir um cartaz turístico e se pudessem traçar rotas turísticas e, por outro, a divulgação e promoção da castanha enquanto alimento.

Para além da demarcação de uma rota turística - Estrada Europeia da Castanha - destinada a promover a castanha mas também os recursos e valores naturais que caracterizam cada uma das regiões envolvidas, as 10 associações envolvidas no projecto organizaram um concurso gastronómico europeu visando recuperar e valorizar as melhores receitas europeias tradicionais e inovadoras baseadas na castanha. "A castanha nas mesas da Europa" - um verdadeiro elogio à castanha - é o resultado desse concurso, realizado em Novembro de 2000, na região de Emilia Romagna.

Igualmente com o objectivo de promover a castanha da Terra Fria, a CORANE, em parceria com outras entidades da região, vem participando, desde 1997, na organização da Feira da Castanha da Terra Fria.

Segundo o actual coordenador da ETL, Leonel Vaz, a CORANE, pretende dar seguimento não só a esta feira como daquele projecto ao abrigo do LEADER+, agora noutra perspectiva: a da transformação e comercialização da castanha e seus derivados.

Paula Matos dos Santos
pmsantos@inde.pt

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 3 | Outubro 2002

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3.º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 8435870
Fax: 21 8435871
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directoria

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Cristina Cavaco, Francisco Botelho, Luis Duarte, Maria do Rosário Serafim, Paula Matos dos Santos

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão

Colaboraram neste número

ADER-SOUSA, ADERES, ADL, ADRUSE, ARDE, ASDEPR, CORANE, CRESAÇOR, José Chabert, José Martins de Carvalho, LEADERSOR, Luis Telo Rasquilha de Abreu, Maria Custódia Correia, RUDE

Edição gráfica

Diogo Lencastre (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607



